

EDITAL

EDITAL NPI N. 03, DE 08 DE JULHO DE 2026.

O NÚCLEO DE PROJETOS E INOVAÇÃO, UNIDADE ORGANIZADORA DO 5º CONCURSO 'PRÊMIO DE INOVAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA, nos termos do Edital de Abertura TJRR/PR n. 12/2024,

RESOLVE:

1. Tornar público o rol de Desafios de Inovação para cada eixo descrito no item 1 do Edital de Abertura, conforme anexo Único deste Edital.
2. As Equipes devem observar o prazo previsto no item 5 do Edital NPI n. 1/2026 e no Edital de Abertura para submissão das propostas conceituais das soluções ideadas.
3. As propostas devem ser submetidas por meio do Formulário de Submissão no link <https://g.tjrr.jus.br/2026etapa1ext>.
4. As propostas podem ser editadas até a data limite prevista para submissão.
5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo de Projetos e Inovação (Item 9.6 do Edital de Abertura).

ANEXO ÚNICO

TEMA 1 - Otimização e Celeridade da Prestação Jurisdicional

Desafio 1

Como podemos realizar a correção judicial do acervo processual das unidades judiciárias no sistema Projudi, superando as limitações da análise manual por amostragem e padronizando a detecção de movimentações inadequadas ou redundantes?

1. Resumo

O Setor de Projetos da Corregedoria-Geral de Justiça (SP-CGJ) enfrenta um cenário em que a fiscalização e a correção judicial são realizadas de forma dispendiosa, lenta e restrita. Atualmente, o procedimento é executado de maneira absolutamente manual e por amostragem, alcançando uma fração estimada em apenas 10% do acervo das unidades correccionadas. Essa abordagem impede que a Corregedoria identifique a totalidade de atos processuais fora do fluxo estabelecido ou eivados de irregularidades, dependendo de análises humanas suscetíveis a fadiga, tempo limitado e erros. A proposta consiste em criar uma ferramenta de auditoria automatizada para fazer a varredura integral dos dados do Projudi, padronizando os critérios de fiscalização, extinguindo imprecisões e blindando a credibilidade institucional perante a sociedade.

2. Cenário

A correção judicial é o instrumento fundamental da Corregedoria para garantir a regularidade, a celeridade e a correta aplicação das normas procedimentais no acervo processual. Contudo, no formato vigente, o órgão se depara com um estrangulamento gerado pela escassez de recursos humanos frente ao gigantismo do volume de processos que tramitam eletronicamente no sistema Projudi. Por depender do esforço puramente manual de servidores, as inspeções são limitadas à técnica de amostragem, deixando cerca de 90% dos processos de uma unidade judicial sem qualquer tipo de conferência analítica da Corregedoria.

As jornadas de trabalho fixas e o desgaste físico e mental natural dos avaliadores limitam o potencial de entrega. Expandir essa força de trabalho por meios tradicionais (contratando ou alocando mais pessoal) geraria um custo orçamentário inviável para o Tribunal. Por outro lado, o desenvolvimento de uma solução tecnológica interna, especialmente se apoiada por cooperação técnica ou ecossistemas de inovação aberta com colaboradores externos, apresenta-se como a alternativa ideal de custo-benefício. O sistema almejado deve ser capaz de processar os logs, históricos e metadados de movimentações do Projudi de forma massiva e instantânea.

Para que essa estratégia seja eficaz, alguns elementos-chave devem ser levados em conta:

- Expansão do escopo avaliado de 10% por amostragem para, pelo menos, 50 a 70% do acervo das unidades judiciais visitadas, com possibilidades de alcance de 100% desse acervo, a depender dos dados dos processos (estruturados e não estruturados).
- Criação de regras de automação que identifiquem de forma idêntica e sem desvios os atos redundantes ou em desacordo com as Tabelas Processuais Unificadas.
- Substituição de custos recorrentes de mão de obra humana por investimentos sustentáveis em ativos tecnológicos de código replicável.
- Direcionamento dos servidores e juizes corregedores para as tomadas de decisões complexas, eliminando a triagem visual exaustiva.

3. Principais Dores

- Cobertura limitada a uma fração de aproximadamente 10% dos processos, deixando a maior parte do acervo sem monitoramento de conformidade.
- Modelo de correção puramente manual que exige alto investimento em horas de trabalho humano para gerar um produto final quantitativamente pequeno.
- Risco iminente de não detecção de erros procedimentais significativos nos 90% dos processos que não entram na amostragem tradicional.
- Suscetibilidade a análises imprecisas ou inconsistentes entre diferentes avaliadores devido a fadiga física e mental ou fatores de saúde.
- Tempo estendido para a conclusão dos relatórios correccionais devido à velocidade limitada da leitura humana de documentos e históricos.
- Desgaste na imagem pública do Poder Judiciário caso falhas estruturais recorrentes continuem passando despercebidas e perpetuando atrasos processuais.

4. Resultados Esperados

- Varredura e conferência técnica aplicadas a 100% do acervo das unidades judiciais sob correição.
- Maximização da capacidade de detectar anomalias, atos inadequados ou desvios de fluxo regulamentar para correções imediatas.
- Eliminação completa de imprecisões analíticas ou variações de critérios interpretativos na triagem de dados.
- Redução substancial do tempo gasto na elaboração e conclusão dos relatórios de correição da Corregedoria.
- Aumento da credibilidade social do Tribunal com o saneamento efetivo e transparente dos trâmites das ações judiciais.
- Desenvolvimento de uma tecnologia flexível com alto potencial de continuidade e fácil adaptação a futuras mudanças.
- Criação de uma ferramenta modular que possa ser facilmente replicada ou adaptada para outros contextos e sistemas do Poder Judiciário nacional.

5. Informações Complementares

Este desafio foi formalizado pelo Setor de Projetos da Corregedoria (SP-CGJ) a partir do mapeamento de rotinas operacionais. A unidade classificou a frequência e a gravidade das limitações do modelo manual atual com nota máxima ("Muito Alta"). No painel de prioridades estratégicas, o projeto recebeu a avaliação 10 (Extremamente Importante), dada a urgência de solução e a relevância do problema para a instituição e para os usuários do Projudi. O ecossistema a ser desenvolvido precisará interagir e extrair dados diretamente do banco de dados ou das APIs do sistema processual Projudi.

Alguns entraves estão nos dados não estruturados, que devem ser extraídos de documentos pdf's que compõem o processo judicial.

6. Objetivo de Longo Prazo

Consolidar um sistema de governança preditivo e contínuo das correições no âmbito do TJRR, extinguindo a necessidade de inspeções estáticas e pontuais, e fornecendo um arcabouço tecnológico replicável de inteligência processual que promova a eficiência e a justiça em tempo real.

7. Fatores Críticos de Sucesso

- Definição exata, por parte da equipe jurídica da CGJ, das regras de negócio que configuram uma movimentação processual inadequada ou redundante no Projudi.
- Liberação de conexões técnicas seguras para que o software audite de forma automatizada o banco de dados processual, preservando o sigilo de justiça e o desempenho do sistema principal.
- Atração bem-sucedida de desenvolvedores e centros tecnológicos externos que entreguem a solução a custos significativamente inferiores aos do mercado comercial de software.
- Entrega de dashboards intuitivos que facilitem a interpretação imediata dos achados da auditoria pelos servidores e magistrados da Corregedoria.

8. Indicativos de Sucesso

- Índice de cobertura da auditoria automatizada (meta crescente de 50% a 100% dos processos que compõem o acervo da unidade inspecionada, a depender dos dados disponíveis - estruturados e não estruturados).
- Indicador comparativo do número de inconsistências e desvios de fluxo capturados pela automação em relação ao histórico obtido por amostragem manual.
- Redução do número de dias/horas necessários para emitir a listagem de inconformidades de uma secretaria judicial.
- Redução a zero do índice de divergência analítica ou interpretações ambíguas nos critérios básicos de triagem da correição.
- Quantidade de outros setores ou tribunais parceiros capazes de rodar a mesma ferramenta tecnológica em suas respectivas estruturas organizacionais.

9. Riscos

- Alterações na infraestrutura, nas tabelas ou no código-fonte do sistema Projudi que provoquem a quebra de compatibilidade e interrompam o funcionamento dos scripts de auditoria automatizada.
- Cadastro original incorreto de classes ou movimentações por parte das secretarias das varas, induzindo o algoritmo de triagem a gerar falsos positivos ou falsos negativos de erro processual.
- Dificuldade técnica de traduzir nuances jurídicas e exceções procedimentais legítimas em códigos lógicos binários, gerando alertas indevidos e sobrecarregando a análise humana de validação.
- Ausência de uma rotina estruturada de manutenção contínua que possa gerar a obsolescência precoce da ferramenta diante das mudanças de fluxos regulamentares instituídas pela Corregedoria.
- A varredura de 100% de acervos massivos pode gerar alto consumo de processamento de dados e lentidão na infraestrutura de servidores do Tribunal, exigindo redimensionamento de hardware.
- Aumento significativo de consumo de Inteligência Artificial que possam gerar custos escalares não controlados que demandem a descontinuidade da solução.

Desafio 2

Como podemos estimular a resolução de conflitos por meios alternativos e reduzir o volume de novas petições, aliviando a carga de trabalho das secretarias e gabinetes para garantir uma resposta mais célere e efetiva ao cidadão?

Cenário

Com base no cenário apresentado e na dinâmica de funcionamento do Tribunal, a realidade operacional do TJRR pode ser estruturada em três pilares fundamentais que conectam o volume acumulado, a pressão das novas demandas e o impacto direto no tempo de resposta ao cidadão.

Pilar 1: O Volume Acumulado e o Atraso Processual (O Gargalo Fixo)

De acordo com o relatório Justiça em Números do CNJ, a taxa de congestionamento líquida é um dos principais desafios dos tribunais estaduais. No âmbito do TJRR, embora o tribunal figure em posições de destaque em produtividade, a Justiça Estadual ainda acumula milhares de processos ativos. O estoque de litígios pendentes cria um peso invisível sobre as unidades judiciárias. Um dos grandes obstáculos é a identificação de processos parados há mais de 100 dias na fase de cumprimento de sentença, momento crucial em que o cidadão busca efetivamente receber o direito que já lhe foi garantido pela Justiça,

mas que acaba retido por barreiras burocráticas ou dificuldades na localização de ativos.

Pilar 2: O Fluxo Contínuo de Processos Novos (A Pressão na Porta de Entrada)

Apesar dos esforços de julgamento, a porta de entrada do tribunal permanece sob constante pressão devido ao volume de processos novos que ingressam diariamente na folha de distribuição. Esse crescimento contínuo é alimentado por demandas repetitivas e pelo perfil de litigiosidade do território, muitas vezes impulsionado por grandes litigantes, sendo a cada dia agravada pelo uso crescente de Inteligência Artificial – IA para o peticionamento em escala industrial. A entrada ininterrupta de novas petições iniciais compete diretamente com a força de trabalho que deveria estar dedicada a escoar o acervo antigo, gerando um ciclo em que a estrutura precisa correr para não ser engolida pelas novas distribuições.

Pilar 3: A Duração Média das Decisões e a Sobrecarga dos Processos de Trabalho (O Impacto na Entrega)

Esse descompasso entre o estoque e o fluxo novo afeta drasticamente a duração média das decisões finais e escancara a sobrecarga nos processos de trabalho atuais. Observou-se que, no último quadrimestre, apenas uma fração dos processos conclusos para despacho recebeu movimentação célere devido à sobrecarga de trabalho das assessorias. Sem uma alternativa para a solução de litígios, o acompanhamento de metas é predominantemente reativo, cobrando o atingimento de indicadores sem considerar uma alternativa para a redução do número de processos novos diários.

Principais Dores

- Desconhecimento pela sociedade de meios alternativos de solução de conflitos;
- Falta de uma área para tirar dúvidas sobre aspectos legais e operacionais da metodologia alternativa;
- Falta de credibilidade em soluções alternativas ao processo judicial para solução de litígios;
- Falta de uma plataforma popular para inserção e acompanhamento de ações que corram em outros meios de solução de conflitos (transparência);
- Falta de um rol de mediadores com aval referenciado institucionalmente (TJRR, MP ou OAB);
- Falta de uma plataforma para cursos e capacitação de mediadores.

Resultados Esperados

- Redução gradual no número de processos novos no Judiciário Estadual;
- Aumento do número de recursos atuando para redução no acervo atual, facilitando o alcance das metas;
- Redução da taxa de congestionamento, e tempo total de tramitação;
- Melhoria do índice de satisfação do cidadão e dos advogados em relação à presteza do atendimento do TJRR.

Informações Complementares

- Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96).

Objetivo de Longo Prazo

Alcançar a redução gradual da taxa de novos processos no TJRR, reduzindo o acervo processual e garantindo uma prestação jurisdicional rápida e eficiente.

Fatores Críticos de Sucesso

- Apoio institucional do TJRR na disponibilização de uma plataforma de apoio e orientação ao uso da Arbitragem – Arbitragem Legal;
- Apoio institucional e alinhamento direto da Presidência, da Corregedoria Geral de Justiça e da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TJRR.

Indicativos de Sucesso

- Redução do número de processos novos, nas competências onde a Arbitragem é permitida;
- Redução no tempo médio de tramitação dos processos desde a distribuição até a baixa definitiva;
- Melhoria no percentual de cumprimento da Meta 1 (julgar mais processos que os distribuídos) e Meta 2 (julgar processos mais antigos) do CNJ;
- Aumento na quantidade de procura e resoluções por Arbitragem;
- Aumento da eficiência;
- Redução de custos operacionais e administrativos com logística de processos físicos remanescentes ou deslocamentos desnecessários.

Riscos

- Dificuldades para certificação de árbitros para atuarem na Capital e comarcas;
- Preparação de material orientativo e perguntas frequentes para orientação dos usuários da plataforma;
- Falta de transparência nos processos sob arbitragem;
- Baixa adesão da sociedade ao modelo proposto;
- Falta de incentivo ou ausência de programas de treinamento contínuo para capacitação na ferramenta.

Desafio 3

Como podemos automatizar a execução de tarefas repetitivas e de baixa complexidade no sistema Projudi, visando dar fluidez ao alto volume de movimentações processuais, reduzir o tempo de tramitação e garantir melhor qualidade de vida e saúde mental para um quadro reduzido de servidores?

Cenário

O Poder Judiciário lida diariamente com um volume massivo e crescente de processos judiciais. No âmbito das secretarias que utilizam o sistema Projudi,

observa-se que a maior parte da força de trabalho diária é consumida por "atos de impulso oficial" — tarefas de baixíssima complexidade jurídica, mas de altíssimo volume operacional. Tais tarefas incluem a triagem inicial, contagem de prazos, juntadas de documentos, expedição de cartas de citação/intimação padronizadas, juntada de Avisos de Recebimento (ARs), controle de decurso de prazo e remessas automáticas.

Atualmente, essas secretarias operam com um quadro de servidores bastante reduzido em proporção à demanda. Como o fluxo de trabalho exige milhares de cliques manuais e navegação em telas do Projudi para realizar movimentações simples, os servidores passam a maior parte de sua jornada em um trabalho "braçal digital".

Esse cenário gera dois problemas centrais: o primeiro é o congestionamento das filas virtuais e o aumento do tempo médio de tramitação do processo, já que os servidores não conseguem dar vazão ao volume. O segundo é o severo impacto na qualidade de vida da equipe, gerando fadiga física (risco de LER/DORT), estresse, desmotivação e esgotamento profissional (Burnout), pois profissionais altamente qualificados são subutilizados em tarefas mecânicas.

A estratégia propõe a implementação de soluções tecnológicas — como Automação Robótica de Processos (RPA), scripts ou rotinas em lote integradas ao Projudi — para assumir o trabalho repetitivo. Isso permitirá que a equipe reduzida foque exclusivamente em análises jurídicas, minutas de decisões complexas e atendimento humanizado.

Principais Dores

- Excesso de tempo consumido com movimentações processuais repetitivas (cliques mecânicos, transições de tela e preenchimento de formulários idênticos).
- Quadro de servidores insuficiente para absorver o alto volume de processos distribuídos diariamente.
- Filas virtuais no sistema Projudi constantemente congestionadas (ex: fila de "Prazos Vencidos" ou "Aguardando Expedição").
- Alto índice de estresse, fadiga mental e risco de adoecimento físico (lesões por esforço repetitivo) devido à carga de trabalho monótona e volumosa.
- Subutilização do capital intelectual dos servidores, que gastam horas como "operadores de sistema" em vez de analistas jurídicos.
- Ocorrência de falhas humanas (movimentações equivocadas ou perda de prazos) causadas pelo cansaço e pela natureza repetitiva da atividade.
- Atraso generalizado na prestação jurisdicional e consequente aumento nas cobranças de advogados e partes no balcão de atendimento.

4. Resultados Esperados

- Redução do trabalho manual/digital nas secretarias, com robôs ou automações assumindo as filas de baixa complexidade.
- Redução drástica do Tempo Médio de Tramitação e eliminação dos gargalos.
- Readequação da força de trabalho: servidores realocados integralmente para atividades de alto valor agregado, como análise processual, redação de minutas complexas e conciliação.
- Melhoria imediata na qualidade de vida, bem-estar e clima organizacional, reduzindo queixas de sobrecarga e afastamentos médicos.
- Padronização e eliminação de erros humanos em atos de mero expediente (como contagem de prazos e juntadas documentais).
- Aumento da capacidade produtiva da vara/unidade sem a necessidade de novas contratações ou aumento do quadro de pessoal.

Informações Complementares

- Relatórios de Produtividade e congestionamento do sistema Projudi da unidade (Demonstrando o tamanho das filas de tarefas simples).
- Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o uso de soluções tecnológicas, inovação e inteligência artificial para eficiência (Ex: Resolução CNJ nº 332/2020 e diretrizes do Justiça 4.0).
- Normativos do Tribunal que regulamentam o teletrabalho, saúde ocupacional e metas de produtividade.

Objetivo de Longo Prazo

Transformar a secretaria judicial em um ambiente focado essencialmente em análise e inteligência jurídica, erradicando o trabalho repetitivo, alcançando máxima celeridade processual e garantindo um ambiente de trabalho saudável, sustentável e valorizado para os servidores.

Fatores Críticos de Sucesso

- Viabilidade técnica, disponibilidade e permissão de acesso via API ou integração segura de banco de dados por parte da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) ao sistema Projudi.
- Engajamento ativo dos servidores e magistrados no mapeamento minucioso das regras de negócio (desenhar exatamente como a automação deve agir para evitar movimentações erradas).
- Disponibilização de suporte técnico contínuo da área de TI para manutenção rápida caso as automações falhem após alguma atualização do Projudi.
- Aceitação e quebra de paradigma cultural da equipe, demonstrando que o robô é um aliado para melhorar a rotina, e não uma ameaça de substituição.

Indicativos de Sucesso

- Volume exato de movimentações processuais executadas pela automação por mês (ex: x juntadas de docs pelo robô).
- Redução mensurável em dias do Tempo Médio de Tramitação nas fases processuais englobadas pela automação.
- Redução da taxa de congestionamento nas "filas de gargalo" do Projudi.
- Aumento no volume de minutas de sentenças, decisões e audiências realizadas pelos servidores e magistrados (produtividade intelectual ampliada).
- Queda nos índices de absenteísmo (licenças médicas por estresse ou LER/DORT) na unidade.
- Melhoria nos indicadores de clima organizacional e nas pesquisas internas de satisfação e qualidade de vida dos servidores.

Riscos

- Atualizações de versão ou mudanças de layout e código-fonte no sistema Projudi que "quebrem" a automação, paralisando repentinamente o trabalho da vara.

- Falha na lógica de programação da automação que resulte em dezenas de certidões erradas ou processos arquivados indevidamente em poucos minutos.
- A automação executar tarefas tão rápido que cause lentidão ou sobrecarga nos servidores (hardware) do sistema Projudi do Tribunal.
- As regras do fluxo de trabalho serem mapeadas incorretamente pelos servidores, fazendo com que a automação não consiga lidar com exceções processuais.
- A solução ser desenvolvida mas ficar órfã de manutenção oficial da área de TI, tornando-se inútil a longo prazo.

Desafio 4

Como podemos melhorar a transcrição automatizada e inserir tradução em tempo real de audiências judiciais, especialmente multilíngues, visando ampliar o acesso à justiça, reduzir a morosidade processual e eliminar a dependência de serviços externos especializados?

Cenário

A realidade atual das unidades judiciárias envolve uma carga massiva de produção de mídias, gerando um volume expressivo de arquivos de áudio e vídeo provenientes de audiências, depoimentos e sessões que precisam ser convertidos em texto para compor os autos processuais. Paralelamente, há uma demanda complexa por atos judiciais que envolvem réus, testemunhas ou partes que se expressam exclusivamente em idiomas estrangeiros, principalmente por se tratar de um Estado de triplíce fronteira.

As falhas nos processos de trabalho atuais dividem-se em dois grandes gargalos. Primeiro, as transcrições processuais corriqueiras são executadas, em parte, de forma manual, configurando uma rotina lenta, altamente sujeita a erros de digitação e que consome preciosa força de trabalho de servidores. Segundo, a condução de audiências com cidadãos estrangeiros sofre de uma dependência crônica de intérpretes humanos, o que acarreta custos financeiros elevados com contratações terceirizadas, constantes reagendamentos de atos por escassez de profissionais qualificados no mercado e eventuais falhas de comunicação que comprometem a segurança jurídica e atrasam o encerramento dos litígios.

Para que a nova solução funcione na rotina institucional de forma sustentável, é indispensável que a ferramenta opere via plataforma web (sem necessidade de instalações locais nas máquinas dos usuários) e se estruture em dois módulos integrados. O primeiro módulo deve realizar a transcrição universal automatizada de mídias com recurso de diarização (identificação automática de quem fala e marcação de tempo). O segundo módulo deve fornecer uma interface de tradução bidirecional instantânea em tempo real durante as audiências, gerando o texto documentado simultaneamente nos dois idiomas. A solução deve ainda contemplar um controle granular de permissões e perfis de acesso integrado ao sistema de autenticação do próprio órgão.

Principais Dores

- Morosidade crônica na conversão manual de arquivos de áudio e vídeo de audiências e sessões em texto para os autos processuais.
- Consumo excessivo e desvio da força de trabalho de servidores e magistrados em tarefas mecânicas e repetitivas de degravação.
- Dificuldade severa para realizar e dar andamento a audiências com réus, testemunhas ou partes que falam apenas outros idiomas.
- Custos operacionais elevados com a contratação de serviços terceirizados de tradução e interpretação humana.
- Constantes reagendamentos de atos judiciais decorrentes da falta de intérpretes qualificados disponíveis para idiomas específicos.
- Risco de falhas de comunicação na prestação jurisdicional que comprometem diretamente a fidelidade dos depoimentos e o acesso à justiça.
- Ocorrência de retrabalho na correção de atas e transcrições manuais eivadas de erros de digitação.
- Exclusão ou marginalização de grupos e comunidades estrangeiras residentes no território devido a barreiras linguísticas no sistema judicial.

Resultados Esperados

- Automação integral e padronização da transcrição de arquivos de áudio/vídeo, tornando-a disponível para qualquer setor institucional.
- Condução de audiências multilíngues fluidas, contínuas e sem a necessidade de pausas ou interrupções para tradução.
- Conquista de autonomia operacional e jurisdicional, eliminando a dependência de intérpretes ou prestadores externos.
- Geração imediata e simultânea do texto completo dos depoimentos em português e no idioma estrangeiro para pronta inserção nos autos.
- Liberação de magistrados e servidores de rotinas operacionais braçais, permitindo que foquem em atividades de alto valor jurídico e decisões.
- Redução drástica no tempo médio de tramitação e na finalização dos processos judiciais.
- Democratização e inclusão de comunidades internacionais no sistema de justiça, independentemente da língua falada.
- Otimização substancial de recursos públicos por meio da redução de gastos com contratos de tradução terceirizada e horas extras.

Informações Complementares

- Audiências judiciais realizadas na plataforma Scribe com motor de transcrição de acurácia deficiente.
- Parâmetros de inteligência artificial avançada e modelos de linguagem (LLM) integrados.

Objetivo de Longo Prazo

Implementar uma plataforma inteligente e unificada de processamento de linguagem natural na instituição, erradicando as barreiras linguísticas e o esforço manual de transcrição, com o intuito de acelerar a prestação jurisdicional e consolidar o órgão como referência em inovação tecnológica e inclusão social.

Fatores Críticos de Sucesso

- Garantia de infraestrutura estável (servidores locais ou nuvem) e conectividade adequada para o consumo das APIs dos modelos avançados de inteligência artificial.
- Integração sistêmica suave da ferramenta web ao fluxo de trabalho existente das secretarias, sem provocar rupturas estruturais grandes.
- Engajamento colaborativo de magistrados e servidores na alimentação de feedbacks e validação dos testes nas unidades piloto iniciais.
- Rigor na segurança institucional com o estabelecimento de um controle granular de acessos e perfis integrados ao sistema de autenticação padrão.

Indicativos de Sucesso

- Redução mensurável no tempo médio de produção, revisão e juntada de transcrições nos processos.
- Volume mensal de audiências realizadas com partes estrangeiras amparadas exclusivamente pelo assistente inteligente.
- Percentual de economia e redução de custos com serviços terceirizados de interpretação e tradução.
- Índice de satisfação positiva registrado por magistrados e servidores que utilizam a ferramenta no cotidiano.
- Queda no número de audiências reagendadas por motivo de ausência ou indisponibilidade de profissionais de tradução.

Riscos

- O modelo de linguagem cometer falhas ou alucinações na tradução de jargões técnicos jurídicos, sotaques ou expressões idiomáticas, gerando atas com sentidos distorcidos.
- Transmissão de áudios e vídeos de audiências sigilosas ou em segredo de justiça para servidores de nuvem de terceiros sem a devida criptografia, violando as regras de proteção de dados sensíveis.
- Interrupção repentina das funcionalidades do sistema caso o volume de requisições e consumo de tokens das inteligências artificiais extrapole o orçamento previsto.
- Quedas na rede de internet durante uma audiência ao vivo, travando o módulo de tradução instantânea e forçando a suspensão do ato judicial.
- O código do sistema ficar defasado ou órfão de manutenção interna caso ocorra rotatividade na equipe de tecnologia responsável por atualizar as integrações de APIs.

TEMA 2 - Aprimoramento do Atendimento ao Cidadão e Acesso à Justiça

Desafio 1

"Como podemos facilitar o processamento dos pedidos de autorização de viagem para menores, feito pelos pais e responsáveis, para que seja menos custoso a eles e ao judiciário?"

Cenário

O formato tradicional de autorização de viagens para crianças e adolescentes impõe forte burocracia e custos com deslocamentos, afetando famílias vulneráveis ou residentes em áreas remotas. Por desinformação ou falta de acesso a cartórios, muitos responsáveis congestionam desnecessariamente as unidades judiciais da infância e juventude com pedidos que poderiam ser resolvidos extrajudicialmente. Há de se considerar que nem todo pedido depende de autorização judicial para que crianças e adolescentes viajem, acompanhadas ou não, tendo em vista as exceções legais (Res. CNJ 295/2019).

Tendo em vista que o processo hoje se dá pelo atendimento do cidadão via Varas da Infância e Juventude e Divisão de Proteção da Infância e Juventude por meio do whatsapp, o diagnóstico inicial apontou morosidade pelo fluxo de pedidos desnecessários, respostas repetitivas, falta de conhecimento sobre o procedimento e uso desconexo de múltiplas ferramentas isoladas. Além disso, comarcas da região lidam com graves assimetrias documentais locais, como a falta de registros civis de migrantes (ex: venezuelanos) e o fato de adolescentes acima de 12 anos frequentemente não possuírem documento oficial com foto.

Para a solução funcionar na rotina forense local, determinou-se como indispensável a autonomia tecnológica para um serviço local. Ademais, tornou-se imperativo a incorporação da solução por APIs automáticas de autenticação e biometria facial para mitigar os riscos severos de segurança inerentes às viagens de menores.

Os pedidos são processados pelo whatsapp e as informações inseridas no Sistema Eletrônico de Informações -SEI do TJRR para que seja possível a assinatura eletrônica válida e registro da demanda para fins estatísticos. Acrescente-se a isso o fato de que nem todo pedido necessita de uma autorização judicial para a viagem do menor.

Principais Dores

- Obrigatoriedade de deslocamento físico e comparecimento presencial para emissão das autorizações.
- Custos financeiros excessivos e tempo perdido com transporte por famílias de baixa renda ou de regiões isoladas.
- Processo moroso e fragmentado pelo uso desconexo de canais paralelos (WhatsApp comum, e-mails, SEI, etc).
- Confusão e retrabalho causados por falta de orientações acerca da necessidade de solicitação da autorização ou falta de clareza nas regras.
- Vulnerabilidades na triagem e identificação de menores, agravadas por migrantes indocumentados ou adolescentes acima de 12 anos sem documento com foto.
- Fragilidade nos mecanismos atuais de validação e autenticação da identidade dos solicitantes perante os graves riscos que envolvem o trânsito de crianças e adolescentes, principalmente numa tríplice fronteira internacional.

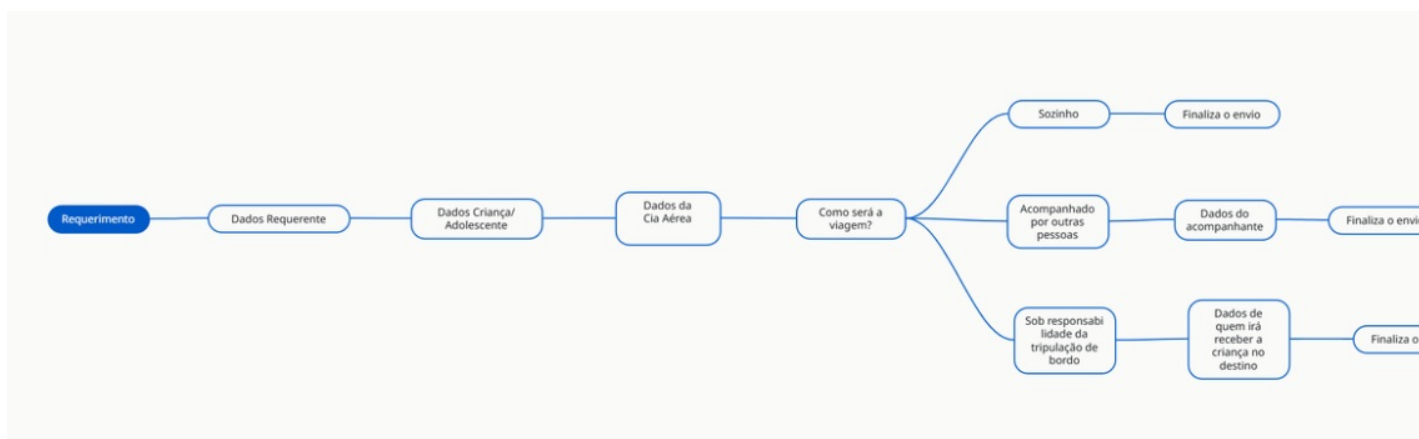
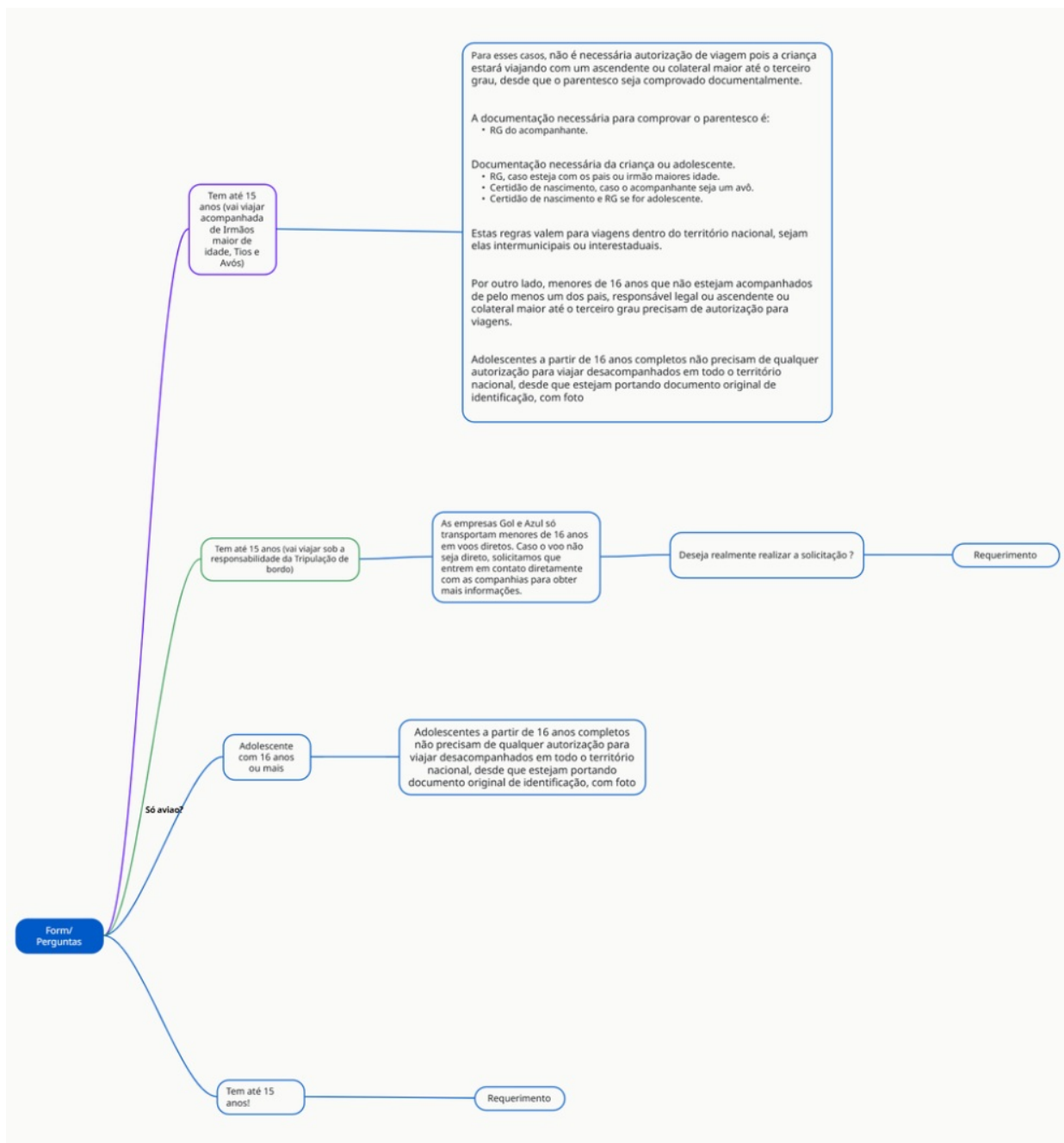
Resultados Esperados

- Redução drástica do tempo de tramitação e eliminação da burocracia para a emissão das autorizações, quando necessário.
- Aumento da eficiência e agilidade no atendimento ao cidadão.
- Ampliação do acesso ao serviço de forma inteiramente digital, célere e inclusiva para populações vulneráveis.
- Economia financeira real de despesas operacionais para o Poder Judiciário e de custos de deslocamento para o cidadão (pare este último com a prestação das informações necessárias)
- Padronização dos fluxos de trabalho em relação ao processo.
- Validação de identidade altamente segura por reconhecimento facial, integrada via API com bancos de dados estratégicos, como o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RR) e a Secretaria de Segurança Pública.
- Implementação de checagem por reconhecimento facial.
- Conformidade Jurídica com o normativo do Conselho Nacional de Justiça (Res. 295/2019).

Informações Complementares

- Resolução CNJ nº 295/2019 (Regulamentação de Viagem Nacional de Menores).

- Agenda 2030 da ONU: ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e ODS 10 (Redução das Desigualdades).
- Modelo de fluxo



Objetivo de Longo Prazo

Consolidar uma plataforma de autorização de viagens para menores inteiramente segura e acessível aos jurisdicionados, assegurando a completa proteção à infância por meio de triagem e validação biométrica automatizada nos processos de autorização de viagens.

Fatores Críticos de Sucesso

- Chancelaria de magistrados e gestores das Varas da Infância e Juventude e da Divisão de Proteção.
- Atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) na validação da arquitetura da solução, segurança e recepção do código-fonte.
- Disponibilização de simulações e demonstrações práticas do sistema desenvolvido para auditoria do fluxo original colaborativo.
- Possibilidades de alinhamento técnico e integração, por meio de APIs, com bases de dados de outros entes governamentais (TRE/RR, Secretaria de Segurança Pública, etc).

Indicativos de Sucesso

- Tempo médio total decorrido entre a submissão dos dados pelo responsável e a liberação da autorização válida.
- Índice de redução de despesas financeiras diretas para usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- Volume absoluto de demandas absorvidas e solucionadas extrajudicialmente por canais automatizados.
- Percentual de validações de identidade processadas e confirmadas sem erros de integração.
- Taxa de assertividade e detecção de tentativas de fraude no reconhecimento facial através da interface específica.

Riscos

- Barreiras de acessibilidade e exclusão digital para famílias sem infraestrutura de rede em localidades vulneráveis ou remotas.
- Conflitos operacionais decorrentes da diversidade de provimentos judiciais e normas locais vigentes entre os estados.
- Erros de arquitetura, brechas de segurança ou desvios de fluxo sistêmico da solução.
- Ocorrência de fraudes ideológicas, falsificações documentais ou facilitação de trânsito ilegal de menores caso a integração biométrica (reconhecimento facial) e as APIs de segurança falhem ou sofram atraso na implementação.
- Impossibilidades da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TJRR em assumir a sustentação e customização do código-fonte compartilhado.

Desafio 2

Como podemos facilitar o acesso aos serviços de Justiça e cidadania para as comunidades do Baixo Rio Branco (atendidas pelas comarcas de Caracaraí e Rorainópolis), reduzindo os custos de deslocamento fluvial e simplificando a jornada do usuário por meio de ferramentas digitais acessíveis?

Cenário

O acesso à prestação jurisdicional e aos direitos civis básicos para as populações tradicionais residentes no Baixo Rio Branco, área sob a jurisdição das comarcas de Caracaraí e Rorainópolis, enfrenta severas barreiras geográficas e econômicas. O deslocamento fluvial desponta como o principal obstáculo prático: uma viagem de barco até as sedes das comarcas pode durar até três dias, a depender estritamente do nível do rio. Esse trajeto impõe aos ribeirinhos um custo financeiro proibitivo que gira em torno de R\$ 250,00 a R\$ 300,00 apenas em passagens, sem computar gastos adicionais obrigatórios com alimentação e pernoites na cidade.

Atualmente, o Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) dispõe de mecanismos de atuação na localidade, mantendo um Posto Avançado na Vila de Santa Maria do Boiaçu e realizando ações temporárias da Justiça Itinerante. Contudo, a estrutura física do Posto Avançado carece de visibilidade e identificação pública adequada por estar co-alocada com outro serviço, fazendo com que grande parte dos moradores desconheça a sua existência e utilidade.

O fluxo de acompanhamento de demandas sensíveis, como processos de guarda de menores e assistência social vinculada ao CRAS, exige repetidos deslocamentos e fragmenta a rotina familiar e de trabalho dos cidadãos. Soma-se a isso a lentidão no suporte inicial prestado pela Defensoria Pública para ações de pensão e guarda, uma carência alarmante de assistência psicológica nas escolas da região e a falta de documentação básica de crianças e adolescentes (como RG e certidões de nascimento), o que obstaculiza matrículas e o gozo de direitos sociais.

Para que a solução seja viável e resolutiva, é fundamental integrar os serviços já prestados de forma digital pelo TJRR, pela DPE/RR e, se possível, pelo CRAS/CREAS, a ferramentas tecnológicas acessíveis.

Principais Dores

- Dificuldade extrema de deslocamento em viagens de barco que levam até 3 dias e geram despesas de R\$ 250 a R\$ 300 com transporte, alimentação e pousadas nas sedes de Caracaraí ou Rorainópolis.
- Desconhecimento generalizado da população local sobre a existência dos serviços ofertados pelo Posto Avançado de Santa Maria do Boiaçu.
- Ausência crônica de registros civis essenciais (identidade e certidão de nascimento) entre crianças e adolescentes da localidade, prejudicando o acesso a matrículas escolares.
- Dificuldades de demandar serviços judiciais quando os problemas acontecem, ficando no aguardo da justiça itinerante chegar às Comunidades para tal fim.
- Inexistência de profissionais de psicologia no Baixo Rio Branco para acompanhar casos graves de sofrimento mental e vulnerabilidade no ambiente escolar e comunitário.
- Desconexão logística no cumprimento de medidas integradas entre a Justiça local e os acompanhamentos do CRAS baseados nas sedes das Comarcas.
- Falta de pontos formais de apoio institucional nas comunidades mais distantes e isoladas da calha do rio.
- Dificuldade de acesso direto à Defensoria Pública ou aos serviços dos Juizados Especiais para resolução de problemas, seja judicial ou pré-judicial, dadas as muitas camadas de serviços desses órgãos.

Resultados Esperados

- Ampliação expressiva no número de cidadãos ribeirinhos devidamente acolhidos e orientados sem a necessidade de sair de suas comunidades.
- Economia financeira imediata e preservação da renda familiar dos moradores através da eliminação de viagens fluviais desnecessárias.
- Integração sistêmica de serviços judiciais e decorrentes na região, incluindo os serviços do TJRR, Defensoria Pública, Justiça Eleitoral, Polícia Civil e CRAS por meio de plataforma móvel e acessível de atendimento digital.
- Fortalecimento institucional e melhoria do acesso aos serviços prestados pelo TJRR e órgãos do sistema de justiça.

Informações Complementares

- Ata de Reunião de Imersão - Design Thinking: Documento assinado eletronicamente sob o número SEI 2775450, inserido no processo administrativo nº 0001475-26.2026.8.23.8000, registrando os relatos coletados na oficina de cocriação do projeto e-Ribeirinho ocorrida em 13/05/2026.
- Relatos e experiências orais compartilhados diretamente pelos líderes comunitários e moradores do Baixo Rio Branco.

Objetivo de Longo Prazo

Assegurar a universalização do acesso à Justiça e a consolidação dos direitos de cidadania plena para todas as comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco, reduzindo permanentemente a desigualdade geográfica e promovendo a inclusão social no interior do Estado.

Fatores Críticos de Sucesso

- Alinhamento técnico para garantia de conectividade e estabilidade de internet via satélite nos pontos focais de atendimento do Baixo Rio Branco (Todas as comunidades possuem antenas starlink).
- Engajamento ativo e contínuo das lideranças locais na difusão de informações e na mobilização comunitária para uso dos serviços digitais.

Indicativos de Sucesso

- Redução no volume de deslocamentos fluviais dispendiosos realizados por moradores em busca de atendimento nas sedes comarcais.
- Aumento quantitativo expressivo de atendimentos computados no Posto Avançado de Santa Maria do Boiaçu.
- Índice de acessos e resolatividade de demandas efetuadas pela população local.
- Redução no tempo de espera para a triagem e o ajuizamento de ações de alimentos e guarda de menores na região.
- Elevação nos índices de satisfação dos usuários mensurados via pesquisas aplicadas nas vilas.

Riscos

- Instabilidade de sinal de internet nas vilas mais afastadas, inviabilizando completamente o uso de ferramentas remotas.
- Descontinuidade ou mudança dos serviços a serem oferecidos por meio da plataforma digital.
- Falha nas ações de comunicação, fazendo com que a solução seja mais uma aplicação em desuso.
- Utilização de interfaces digitais excessivamente complexas ou burocráticas que desconsiderem o baixo letramento digital de parcelas da população tradicional.
- Limitações que impossibilitem o acolhimento digno e o atendimento de demandas integradas de psicologia e assistência social pelo meio digital.

TEMA 3 - Eficiência e Sustentabilidade da Gestão Administrativa

Desafio 1

Como podemos viabilizar o gerenciamento e aquisição de passagens aéreas por meio de credenciamento permanente de agências de viagens e companhias aéreas, para centralizar demandas e automatizar a busca, triagem e comparação de passagens em tempo real, garantindo a seleção pelo menor preço, celeridade na emissão e total rastreabilidade para o TJRR?

Resumo

O Tribunal de Justiça de Roraima enfrenta prejuízos econômicos e lentidão operacional devido ao modelo atual de aquisição de passagens aéreas, baseado em um contrato com fornecedor único cujas tarifas frequentemente superam os preços de balcão das companhias. Amparado pelo Artigo 79 da Lei nº 14.133/2021 para mercados fluidos, o projeto TJ-Viagens propõe substituir esse gargalo por um ecossistema de credenciamento permanente. A solução proposta consiste em uma plataforma digital inteligente capaz de disparar cotações automáticas e simultâneas para todas as empresas credenciadas, ocultar o preço de referência da administração para estimular a concorrência cega, ordenar propostas em tempo real pelo menor custo e automatizar a emissão de ordens de serviço, modernizando a gestão pública e maximizando a economicidade.

Cenário

A contratação tradicional de agenciamento de viagens no setor público tem se mostrado economicamente desvantajosa e burocrática. No TJRR, a dependência de um único fornecedor restringe a competitividade e eleva os custos orçamentários, uma vez que as pesquisas de mercado comprovam que as passagens emitidas via contrato custam mais caro do que as vendidas diretamente ao público geral. Diante da volatilidade extrema de preços que caracteriza o setor aéreo, a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021, art. 79, inciso III) autoriza formalmente o uso do Credenciamento para mercados fluidos.

Para solucionar essa ineficiência, o TJRR validou um protótipo inicial em plataforma low-code e incluiu a iniciativa em seu portfólio de Apoio à Gestão 2025-2027. Em razão de limitações orçamentárias e escassez de pessoal técnico para execução direta, o Tribunal optou por um modelo de inovação aberta: o desenvolvimento da ferramenta operacional será viabilizado por meio do Prêmio de Inovação do TJRR de 2026.

A arquitetura da solução deve atender a regras rígidas de negócio: os servidores registram a demanda com dados de voos de referência; simultaneamente os credenciados ativos são notificados; e ativa-se um cronômetro regressivo de 1 hora para o recebimento de propostas de preço (sem que as empresas vejam o orçamento referencial do Tribunal). Finalizado o prazo, o painel do órgão gestor organiza as propostas em uma tabela de ordem crescente de preço, permitindo declarar a vencedora instantaneamente. A partir disso, a agência terá o prazo máximo de 30 minutos para devolver o bilhete emitido (e-ticket).

Para que a estratégia seja eficaz, elementos-chave fundamentais devem ser considerados:

- Varredura ou recepção imediata de propostas de múltiplos credenciados em tempo real.
- Sigilo absoluto do Preço de Referência da Administração durante a fase de lances.
- Janela de 1 hora para propostas e de 30 minutos para emissão pós-venda.
- Conformidade técnica mandatória estabelecida pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

Principais Dores

- Custos de passagens significativamente acima dos preços de balcão praticados pelas companhias aéreas devido à falta de concorrência com agência única.
- Fiscais técnicos das secretarias (SGA, SGP, SGM e EJURR) despendem horas comparando telas de buscadores na internet e preenchendo planilhas paralelas de cotação.
- Impossibilidade de capturar tarifas promocionais e flutuações vantajosas de mercado em tempo oportuno devido à burocracia do fluxo atual.
- Demandas registradas de maneira fragmentada, gerando ruídos de comunicação e dispersão de dados analíticos.
- Dificuldade para rastrear e documentar o histórico completo de lances, justificativas e logs de decisões de cada trecho comprado.
- Desvio de foco de servidores qualificados, que deixam de atuar em análises estratégicas e autorizações de viabilidade para realizar tarefas repetitivas de triagem.

Resultados Esperados

- Redução comprovada e mensurável dos gastos do Erário com passagens aéreas gerada pela competição agressiva entre fornecedores.
- Automação completa do fluxo de disparos de demandas e recebimento de propostas, reduzindo o esforço operacional a minutos.
- Fiscais técnicos liberados da rotina manual de digitação e comparação de planilhas de preços.
- Garantia de que os bilhetes aéreos sejam emitidos e vinculados à solução em até 30 minutos após a declaração do vencedor.
- Relatórios automatizados gerados por cotação, listando todas as empresas participantes, valores ofertados, logs de usuários, datas e horários para fins de transparência e auditoria.
- Entrega de uma solução com alta usabilidade para desktops e dispositivos móveis, facilitando a rápida adoção por servidores e empresas parceiras.

Informações Complementares

Para orientar as equipes desenvolvedoras, as seguintes regras foram estabelecidos pela SGA e validados pela STI do TJRR:

- Credenciamento: Cadastro de dados básicos empresariais, validação de formato de CNPJ e anexação obrigatória de documentos de regularidade fiscal e trabalhista.
- Cotação: Cadastro de demandas internas pelo servidor e disparo automatizado de alertas de cotação por e-mail ou painel interno às empresas ativas.
- Propostas: Campo restrito onde o credenciado insere o valor total em reais (R\$) e observações do voo, sob um cronômetro regressivo visível.
- Gestão e Relatórios: Tabela gerencial organizada automaticamente do menor para o maior preço proposto, automação do formulário de dados do passageiro (Nome, CPF, Sexo, Nascimento) e emissão de Ordem de Serviço.

Objetivo de Longo Prazo

Modernizar integralmente o regime de contratações logísticas do Poder Judiciário de Roraima e disponibilizar uma solução tecnológica escalável e de código aberto que possa ser compartilhada e replicada por toda a Administração Pública brasileira, posicionando o TJRR como referência nacional em inovação aberta e transformação digital no Judiciário.

Fatores Críticos de Sucesso

- Atração de programadores e desenvolvedores externos qualificados por meio do Edital do Prêmio de Inovação de 2026 para a entrega de um produto de nível corporativo.
- Ampla divulgação do novo modelo para garantir um volume crítico de agências de viagens e companhias aéreas cadastradas e ativas no sistema.
- Processo de mentoria e testes em ambientes seguros para garantir a integração da solução.
- Disponibilização ágil de dados de mercado, apoio logístico e cooperação mútua por parte da Secretaria de Gestão Administrativa (SGA) e do NPI.
- Patrocínio contínuo e chancela institucional da Presidência do TJRR para a validação de mudanças de escopo e implantação final.

Indicativos de Sucesso

- Percentual de redução de custos calculado a partir da diferença real entre o Preço de Referência (pesquisa de balcão original) e o Preço Proposto pela empresa declarada vencedora.
- Mensuração do tempo gasto entre o envio da notificação de demanda e o recebimento das propostas consolidadas.
- Monitoramento do crescimento quantitativo de empresas homologadas e participando efetivamente dos processos competitivos de lances.
- Percentual de passagens devolvidas e anexadas à plataforma dentro da janela limite regulamentar de 30 minutos.
- Indicador medido via pesquisas periódicas aplicadas aos servidores operadores do sistema e aos fornecedores externos credenciados.

Riscos

- A ferramenta depender de varreduras, APIs ou interações com portais externos de companhias aéreas (Gol, Latam, Azul) e consolidadores, cujas alterações repentinas de layout ou bloqueios de IP podem indisponibilizar a triagem.
- O sistema trafegar e armazenar dados de identificação pessoal de magistrados e servidores sem a devida criptografia, gerando riscos de incidentes de segurança e sanções legais.
- Ausência de suporte técnico contínuo ou falta de atualização corretiva de falhas no código após o término do período de 12 meses de garantia obrigatória da startup vencedora.
- Se a interface desenhada for complexa ou o fluxo de redirecionamento de compra for truncado, os servidores podem boicotar o sistema e tentar retornar aos métodos manuais antigos.

Restrições de Escopo (Não-Escopo)

Para fins de delimitação clara do desafio, a solução desenvolvida não deve contemplar:

- O processamento financeiro, pagamento efetivo das faturas ou liquidação bancária das despesas com passagens (atividades estritamente internas do TJRR).
- O fornecimento ou custeio permanente de infraestrutura de nuvem (como AWS ou Azure) para hospedagem posterior do sistema.
- O custeio de eventuais assinaturas de APIs profissionais pagas que cobrem valores por volume de consulta.
- O controle administrativo de concessão de diárias, gestão de hotelaria ou logística de transporte terrestre dos passageiros.

Desafio 2

Como podemos propiciar a elaboração, o fomento e o monitoramento contínuo de um banco de dados unificado para taxas de absenteísmo na SGP/SUBGEP, facilitando a integração de informações e o suporte preventivo à qualidade de vida dos servidores do TJRR?

Cenário

Na rotina administrativa do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), especificamente na Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SGP/SUBGEP), a ausência de um mecanismo centralizado para diagnosticar e gerenciar o afastamento de colaboradores tornou-se um gargalo crítico. O desafio identificado consiste em elaborar e fomentar um banco de dados sólido voltado para monitorar as taxas de absenteísmo na instituição.

Atualmente, o problema possui uma frequência classificada como média, mas sua gravidade é considerada alta dentro da unidade. A urgência para solucionar essa demanda e a relevância do problema para os usuários e para o Tribunal também são elevadas, recebendo uma nota de importância igual a 9 na escala de impacto para a melhoria dos resultados operacionais e da qualidade de vida das equipes.

O principal fator gerador desse cenário é o não recebimento centralizado da quantidade exata de atestados diários emitidos, bem como a falta de mapeamento padronizado sobre os seus reais motivos. Como consequência direta, a unidade enfrenta uma desarticulação e fragmentação profunda na integração de dados institucionais. A estratégia inovadora pretendida visa reverter essa desconexão, transformando registros isolados em conhecimento rápido e acessível para a governança do TJRR.

Principais Dores

- Falta de um instrumento ou sistema único informatizado onde possam ser consolidadas e identificadas as taxas de absenteísmo de todo o território de abrangência do TJRR.
- Não recebimento regular, estruturado e em tempo oportuno da quantidade total de atestados diários e das justificativas médicas apresentadas pelos servidores.
- Desarticulação e fragilidade na integração de dados entre a subsecretaria de gestão de pessoas, a junta médica e demais setores da instituição.
- Limitação no conhecimento analítico sobre os principais motivos de adoecimento ou afastamento laboral dentro do tribunal.
- Dados estatísticos dispersos e de difícil acesso para os profissionais encarregados de planejar ações preventivas de saúde ocupacional.
- Ausência de relatórios padronizados com indicadores institucionais capazes de subsidiar tomadas de decisão céleres por parte da alta administração.

Resultados Esperados

- Profissionais da SGP/SUBGEP com acesso fácil, rápido e desimpedido ao diagnóstico consolidado do absenteísmo na rede de servidores.
- Conhecimento ágil e estruturado à disposição dos gestores do TJRR para subsidiar políticas públicas de saúde do trabalhador.
- Integração e articulação eficiente dos dados de recursos humanos e medicina ocupacional em uma base comum.
- Maior engajamento das equipes de gestão de pessoas no acompanhamento e no apoio preventivo voltado aos servidores afastados.
- Otimização do tempo de processamento e arquivamento de justificativas legais e licenças médicas.
- Melhoria sistêmica da qualidade de vida e das condições de trabalho no ambiente organizacional.

Informações Complementares

- Formulário oficial de Mapeamento de Desafios corporativos – Unidade SGP/SUBGEP (Coleta realizada em 06/07/2026).
- Banco de dados e fluxos de licenças médicas gerenciados via sistema SEI do tribunal.
- Diretrizes nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre saúde de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Objetivo de Longo Prazo

Promover a melhoria contínua dos indicadores de saúde e qualidade de vida dos servidores do TJRR por meio de uma gestão estratégica orientada por dados, reduzindo de forma sustentável as taxas de absenteísmo institucional.

Fatores Críticos de Sucesso

- Engajamento e colaboração contínua de todas as unidades administrativas e servidores do TJRR no envio e registro imediato dos atestados diários.
- Apoio técnico e institucional da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) para a criação, homologação e manutenção do banco de dados unificado.

Indicativos de Sucesso

- Implantação e consolidação total do banco de dados integrado de taxas de absenteísmo na unidade.
- Redução no tempo gasto pelas equipes para coletar, unificar e cruzar os motivos de afastamento dos servidores.
- Elevação do índice de acessibilidade e velocidade na emissão de relatórios analíticos de saúde para a gestão.
- Queda nos índices de desarticulação e inconsistência de dados de pessoal registrados entre sistemas paralelos.

- Elevação do índice de satisfação e percepção de bem-estar relatado pelos servidores da unidade após intervenções baseadas em dados.

Riscos

- Dificuldade jurídica ou ética no acesso e tratamento de informações médicas sensíveis (como códigos CID), em desacordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Falta de interoperabilidade técnica ou de comunicação automatizada entre os sistemas de folha de pagamento e os registros da junta médica.
- Persistência na cultura de omissão ou atraso no envio da quantidade de atestados diários pelas chefias ou pelos próprios servidores.
- Desenvolvimento de uma ferramenta excessivamente complexa que dificulte a alimentação e atualização diária por parte dos técnicos da SGP/SUBGEP.
- A solução focar exclusivamente no armazenamento bruto dos dados, deixando de promover o estímulo a políticas de educação preventiva e intervenção em saúde.
- Proposta não personalizada ou desalinhada com os regulamentos internos e resoluções vigentes no Tribunal de Justiça de Roraima.

Desafio 3

Como podemos melhorar o monitoramento e a coleta unificada dos dados de sustentabilidade no SSRS, de modo a mitigar o retrabalho no preenchimento de relatórios obrigatórios (PLS, Resolução CNJ nº 400/2021 e Inventário GEE) e viabilizar a rastreabilidade das ações de compensação ambiental no TJRR de maneira automatizada e padronizada?

Cenário

O Setor de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SSRS) do TJRR enfrenta um expressivo volume de dados anuais, gerenciando 20 indicadores temáticos previstos no Plano de Logística Sustentável (PLS). Esses indicadores estão diretamente alinhados às Resoluções CNJ nº 400/2021, 550/2024, 594/2024 e 642/2025, além das demandas do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE). Atualmente, o processo de trabalho é descentralizado, manual e despadronizado: cada unidade do Tribunal armazena suas próprias informações em planilhas isoladas. Como consequência, os mesmos dados precisam ser digitados repetidas vezes pelas equipes em momentos distintos do ano para alimentar os três instrumentos regulatórios.

Essa duplicidade gera um severo gargalo operacional: a elaboração do Inventário de GEE consome, sozinha, mais de um mês de trabalho concentrado da equipe todos os anos. Esse atraso decorre exclusivamente do tempo gasto para reaver e consolidar manualmente as informações junto às comarcas e unidades, gerando uma sobrecarga nos fornecedores de dados e uma constante necessidade de cobrança ativa por parte do setor. Há também um elevado risco de inconsistências e divergências nos relatórios finais enviados ao CNJ devido à falta de padronização técnica. Na área de compensação ambiental, o cenário revela total ausência de rastreabilidade: o histórico de árvores plantadas não possui controle sistêmico, impedindo a comprovação do potencial real de retenção de carbono do Tribunal.

Para que uma nova solução tecnológica seja viável na rotina interna do TJRR, ela deve obrigatoriamente se estruturar em três pilares práticos:

1. Ponto Único de Entrada de Dados: Uma plataforma unificada onde cada unidade alimenta a informação apenas uma vez.
2. Reaproveitamento Automático: O dado lançado deve alimentar simultaneamente os indicadores da Resolução nº 400, do PLS e do inventário.
3. Módulo de Geolocalização e Cálculo de Carbono: Funcionalidade em mapa para rastrear individualmente o crescimento das árvores plantadas e converter automaticamente essas métricas em estimativas de retenção de carbono.

Principais Dores

- Coleta manual, descentralizada e repetida dos mesmos dados ecológicos e de consumo para atender a diferentes instrumentos (PLS, Indicadores CNJ e Inventário GEE).
- Desperdício de mais de um mês de trabalho operacional da equipe do SSRS voltado apenas à coleta manual de dados para o Inventário de Gases de Efeito Estufa.
- Existência de planilhas paralelas, isoladas e totalmente desprovidas de padronização entre as unidades do Tribunal.
- Dependência crônica de cobrança ativa e exaustiva às unidades fornecedoras por parte do setor de sustentabilidade.
- Sobrecarga e confusão nas unidades remetentes, obrigadas a preencher planilhas gerais com campos de indicadores alheios à sua responsabilidade direta.
- Elevado risco de erro humano, dados desatualizados e divergência de informações entre os diferentes relatórios institucionais publicados.
- Ausência de controle sistematizado e de monitoramento (localização e crescimento) sobre as árvores plantadas em ações de compensação de carbono.
- Impossibilidade técnica de comprovar, por meio de evidências e dados concretos, o real impacto ecológico das iniciativas ambientais do TJRR.
- Dependência total de esforço humano e braçal para consolidar dados e executar cálculos de conversão que poderiam ser automatizados.

Resultados Esperados

- Centralização e padronização definitiva da coleta de dados ambientais das comarcas e secretarias, erradicando o uso de planilhas dispersas.
- Redução drástica no tempo de elaboração dos relatórios anuais obrigatórios por meio da automatização de cálculos complexos.
- Garantia de alta confiabilidade, segurança e auditabilidade das informações reportadas ao Conselho Nacional de Justiça.
- Implementação de ferramentas de gestão à vista, disponibilizando painéis e indicadores em tempo real para tomada de decisões da Alta Administração e da Comissão Gestora.
- Liberação da equipe técnica de tarefas repetitivas de digitação, permitindo o redirecionamento da força de trabalho para análises e planejamentos estratégicos.
- Mitigação total do risco de não conformidade regulatória perante o CNJ, evitando notificações, glosas ou apontamentos por atraso ou dados incorretos.
- Redução real de custos financeiros e de consumo de recursos materiais (energia, água, papel e combustível) induzida pelo monitoramento contínuo.
- Consolidação da imagem institucional do TJRR como referência em maturidade de governança sustentável e inovação digital no Poder Judiciário.
- Pleno alinhamento com as diretrizes do Programa Justiça Carbono Zero (Resolução CNJ nº 594/2024).

Informações Complementares

- Resolução CNJ nº 400/2021 (Parâmetros de sustentabilidade no Poder Judiciário).
- Resoluções CNJ nº 550/2024, nº 594/2024 (Programa Justiça Carbono Zero) e nº 642/2025.
- Plano de Logística Sustentável (PLS) corporativo e Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) do TJRR.
- Formulário de Mapeamento de Desafios Judiciais (preenchido colaborativamente em 06/07/2026).

Objetivo de Longo Prazo

Estabelecer no TJRR um modelo automatizado de governança ambiental em tempo real que assegure a conformidade contínua com as metas de sustentabilidade do CNJ, viabilize a neutralidade de emissões de carbono e promova a máxima transparência pública sobre o impacto ecológico do Tribunal perante a sociedade.

Fatores Críticos de Sucesso

- Engajamento ativo, contínuo e tempestivo de todas as unidades e comarcas do Tribunal na alimentação autônoma da nova plataforma digital.
- Apoio político e estratégico da Alta Administração e da Comissão Gestora para validar e instituir o fluxo único de coleta de dados.
- Cooperação técnica e suporte da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) para desenvolvimento ou parametrização de um sistema compatível e seguro.

Indicativos de Sucesso

- Redução do tempo anual de confecção do Inventário GEE (de mais de 30 dias para uma consolidação automatizada e imediata).
- Índice de zerodescontinuidade ou inconsistência de dados entre o PLS, a Resolução 400 e os relatórios oficiais.
- Percentual de indicadores de sustentabilidade (dos 20 monitorados) alimentados de forma contínua e autônoma pelas unidades.
- Volume de árvores de compensação ambiental devidamente cadastradas, geolocalizadas e monitoradas via sistema.
- Obtenção de pontuação máxima em sustentabilidade nas avaliações externas do CNJ (Selo Verde).
- Redução percentual medida no consumo interno de insumos (energia, água, papel, combustível) monitorados pela ferramenta.

Riscos

- Resistência cultural ou falta de engajamento das unidades fornecedoras na alimentação contínua e voluntária dos dados, perpetuando o atraso nos cronogramas.
- Falta de integração técnica ou interoperabilidade da nova solução com os sistemas institucionais já existentes de logística e contratos do Tribunal.
- Interface de usuário complexa ou confusa que gere dificuldades operacionais nas secretarias e resulte em dados inseridos de forma incorreta ou despadronizada.
- Limitações orçamentárias ou técnicas que adiem a implementação do módulo de geolocalização e mapas para o plantio compensatório.
- Foco excessivo no desenvolvimento do software sem a devida capacitação, deixando os servidores dependentes do conhecimento individual de técnicos específicos.
- Mudanças abruptas nas diretrizes das resoluções do CNJ que exijam alterações drásticas na arquitetura ou parametrização da ferramenta desenvolvida.
- Perda de precisão nas estimativas ecológicas se os parâmetros e médias de conversão de espécies arbóreas não forem atualizados cientificamente no sistema.

Desafio 4

Como podemos automatizar e integrar todo o ciclo de gestão das demandas da Subsecretaria de Sistemas (SubSi), desde o recebimento por diferentes canais (E-mail, SEI e Aranda) até a triagem, registro, implementação, acompanhamento, documentação e geração de informações gerenciais, eliminando atividades manuais repetitivas, aumentando a rastreabilidade e proporcionando inteligência estratégica para a tomada de decisão?

Cenário

Atualmente, a Subsecretaria de Sistemas (SubSi) do TJRR lida com um alto volume de demandas que entram de forma descentralizada por diversos canais de comunicação, como E-mail, sistema de processos administrativos (SEI) e sistema de chamados (Aranda). Esse processo apresenta elevado grau de intervenção humana, exigindo que uma mesma informação seja digitada diversas vezes em sistemas distintos, ocasionando retrabalho, aumento do risco de inconsistências, perda de informações relevantes e dificuldade na consolidação de indicadores.

Esse processo rotineiro de registrar, - atualmente no Plak -, prazos, tipos de problemas, desenvolvedores responsáveis e abrir issues correlatas no repositório de código (Git) fragmenta os dados e consome um tempo valioso que deveria ser investido no desenvolvimento e na resolução dos problemas. A premissa da nova solução é garantir interoperabilidade: independentemente da porta de entrada, os dados devem fluir automaticamente para um sistema central, garantindo rastreabilidade desde a solicitação inicial até a emissão de relatórios consolidados pela SubSi para o gabinete da STI.

Além disso, a elaboração dos relatórios mensais encaminhados ao Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação demanda significativa dedicação da equipe, uma vez que a consolidação das informações depende de consultas manuais às ferramentas utilizadas.

Principais Dores

- Trabalho manual e repetitivo: necessidade de transcrever dados (descrição, prazo, etc.) de uma plataforma (Email/SEI/Aranda) para a ferramenta de controle (Plak).
- Dados fragmentados: risco de perda de informações relevantes (anexos, contexto) durante a transição manual entre os sistemas receptores e o repositório de código (Git).
- Desgaste na elaboração de relatórios: dificuldade e lentidão na consolidação de dados dispersos para gerar relatórios estatísticos e descritivos mensais exigidos pela STI.

- Falta de visão global imediata: dificuldade em compilar de forma ágil um panorama anual com as entregas mais relevantes da SubSi, devido à ausência de automação na extração de dados das descrições dos problemas.
- Dificuldade em manter rastreabilidade completa entre solicitação, desenvolvimento e entrega.
- Geração manual dos relatórios mensais.
- Dificuldade para elaboração do relatório anual de atividades da SubSi.
- Baixa disponibilidade de indicadores estratégicos em tempo real.
- Dificuldade para mensurar produtividade individual e coletiva.
- Falta de histórico estruturado para consultas futuras.
- Necessidade de consolidação manual de informações para auditorias e prestações de contas.

Resultados Esperados

- Centralização de todas as demandas em uma única plataforma.
- Recebimento automático das solicitações oriundas de diversos canais.
- Eliminação do retrabalho de cadastramento manual.
- Automação ponta a ponta: centralização automatizada da entrada de demandas, criando registros na ferramenta de controle e issues no Git sem intervenção manual.
- Otimização do tempo: redirecionamento das horas gastas pelos servidores com o trabalho burocrático de cadastro para a atividade-fim (desenvolvimento e suporte).
- Geração ágil de relatórios mensais e anuais: automatização da emissão de relatórios gerenciais para o gabinete da STI (com estatísticas e descritivos baseados nos textos dos chamados) e do relatório anual de relevância.
- Rastreabilidade aprimorada: garantia de que o máximo de informações e o contexto original acompanhem a demanda até a finalização do código.
- Histórico completo e auditável de todas as solicitações.
- Apoio à tomada de decisão baseada em dados.
- Maior previsibilidade dos prazos de desenvolvimento.
- Melhor distribuição das demandas entre os desenvolvedores.

Informações Complementares

- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do TJRR. (https://www.tjrr.jus.br/images/sti/docspdf/governancatic/PDTIC_-_2025-2027_-_aprovado.pdf)
- Normativas e resoluções da STI referentes à gestão de chamados, controle de versionamento (Git) e metas de produtividade - Simplificar (https://www.tjrr.jus.br/images/sti/docspdf/governancatic/GUIA_DE_PROCEDIMENTOS_STI_-_v3_compressed.pdf)

Objetivo de Longo Prazo

- Alcançar a excelência operacional e sustentável da Subsecretaria de Sistemas, eliminando a burocracia de triagem e consolidando o TJRR como um tribunal inovador na gestão automatizada do ciclo de vida de desenvolvimento de software (ALM - Application Lifecycle Management).

Fatores Críticos de Sucesso

- Apoio Institucional: alinhamento direto da STI e da SubSi para adoção da nova arquitetura de fluxo.
- Viabilidade Técnica (APIs): disponibilidade técnica para integração entre os sistemas fontes (SEI, Aranda, E-mail corporativo), o Git e a nova ferramenta de controle.
- Padronização dos fluxos de trabalho.
- Definição clara das regras de negócio.
- Qualidade dos dados recebidos.

Indicativos de Sucesso

- Percentual de demandas cadastradas automaticamente.
- Taxa de retrabalho.
- Redução próxima a 100% no tempo médio gasto com cadastro e catalogação manual de chamados na ferramenta de controle.
- Diminuição no tempo gasto pela coordenação para emitir os relatórios mensais e anuais exigidos pela STI.
- Aumento na quantidade de entregas (resolução de problemas) mensais, refletindo o ganho de tempo da equipe.

Riscos

- Falta de interoperabilidade técnica ou instabilidade de integração: dificuldades com as APIs do SEI, do Aranda ou restrições de segurança do servidor de e-mail corporativo.
- Resistência cultural: relutância da equipe em abandonar fluxos antigos ou em migrar de sistema (caso decidam substituir o Plak).
- Ignorar sistemas já existentes: não aproveitar os sistemas de automação que a equipe de TI do TJRR já possui instalados, gerando retrabalho.
- Poluição de dados: o sistema captura automaticamente textos excessivos de e-mails (como cadeias gigantes de respostas, assinaturas grandes e saudações), o que suja a base de dados dos relatórios descritivos.
- Problemas de interoperabilidade.
- Baixa qualidade dos dados de origem.
- Questões relacionadas à LGPD.

- Dependência excessiva de soluções de Inteligência Artificial.
- Classificações automáticas incorretas.
- Custos de infraestrutura para processamento de IA.
- Mudanças futuras nas APIs utilizadas.

Desafio 5

Como podemos modernizar e integrar a gestão dos ativos patrimoniais e de Tecnologia da Informação do TJRR, garantindo rastreabilidade, atualização contínua das movimentações e confiabilidade do inventário institucional, reduzindo processos manuais e retrabalho entre as unidades responsáveis?

Cenário

Atualmente, a Subsecretaria da Central de Serviços (SUBCS) é responsável pela gestão dos ativos de Tecnologia da Informação (TI) do TJRR, incluindo o controle e a atualização do inventário desses bens. Já a Subsecretaria de Patrimônio (SUBP) é responsável pela gestão do inventário patrimonial de todos os bens da instituição, utilizando o GRP, sistema oficial de registro patrimonial do Tribunal.

Durante a realização dos inventários patrimoniais nas unidades judiciais e administrativas, a SUBP disponibiliza um relatório contendo todos os bens registrados para cada unidade, abrangendo tanto os bens de TI quanto os demais bens patrimoniais.

Entretanto, é comum serem identificadas divergências entre a localização física dos bens e as informações registradas no GRP. Em diversas situações, equipamentos de TI registrados em determinada unidade não são localizados durante o inventário ou, ao contrário, são encontrados bens que não constam como pertencentes àquela unidade.

Nesses casos, a SUBP entra em contato com a SUBCS para verificar a localização atual do equipamento, identificar se houve movimentação entre unidades sem a devida atualização no sistema ou se o bem já foi devolvido à Central de Serviços. Esse processo é realizado de forma manual, demandando consultas, validações e comunicações entre as duas unidades.

Além dos impactos operacionais, a ausência de uma solução integrada dificulta a tomada de decisão, compromete a governança patrimonial, aumenta o tempo gasto na realização dos inventários e gera riscos relacionados à conformidade perante auditorias e órgãos de controle.

Principais Dores

- Ausência de integração entre o controle dos ativos de TI e o inventário patrimonial.
- Atualização manual da localização dos bens.
- Retrabalho entre a SUBCS e a SUBP.
- Divergências frequentes entre a localização física dos bens e os registros no GRP.
- Baixa rastreabilidade das movimentações de equipamentos entre as unidades.
- Demora na conclusão dos inventários patrimoniais.
- Maior risco de inconsistências nos registros patrimoniais.
- inexistência de histórico consolidado das movimentações;
- Dificuldade para identificar rapidamente o responsável pelo bem;
- Baixa visibilidade gerencial da distribuição dos ativos;
- Dificuldade na identificação de bens ociosos ou subutilizados;
- ausência de indicadores em tempo real;
- dependência de planilhas e consultas manuais.

Resultados Esperados

- Centralização da gestão dos inventários, reunindo em uma única solução as informações dos bens de TI e do patrimônio do TJRR.
- Atualização contínua e confiável do inventário patrimonial, reduzindo divergências entre a localização física dos bens e os registros no sistema.
- Rastreabilidade das movimentações, permitindo o acompanhamento do histórico de transferências, empréstimos e devoluções de bens entre as unidades judiciais e administrativas.
- Redução do retrabalho entre a Subsecretaria da Central de Serviços (SUBCS) e a Subsecretaria de Patrimônio (SUBP), por meio da automatização da atualização das informações.
- Maior agilidade na realização dos inventários patrimoniais, diminuindo o tempo gasto na validação da localização dos bens.
- Aumento da confiabilidade das informações patrimoniais, proporcionando maior precisão na tomada de decisão e no planejamento institucional.
- Melhoria da governança dos ativos, assegurando maior controle sobre a distribuição, utilização e disponibilidade dos equipamentos de TI e demais bens patrimoniais.
- Fortalecimento da transparência e da prestação de contas, disponibilizando informações atualizadas e consistentes para auditorias, órgãos de controle e gestão administrativa.
- Otimização dos recursos públicos, reduzindo perdas, extravios e aquisições desnecessárias decorrentes da falta de controle patrimonial.
- Disponibilização de indicadores gerenciais, permitindo o acompanhamento em tempo real da situação dos bens, movimentações realizadas, pendências e inconsistências, subsidiando a tomada de decisões estratégicas.
- Registro eletrônico de todas as movimentações.
- Consulta em tempo real da localização do patrimônio.
- Histórico completo do ciclo de vida do bem.
- Responsabilização eletrônica pelo recebimento e devolução.
- Inventário utilizando dispositivos móveis.
- Redução do tempo de localização de equipamentos.
- Alertas automáticos de inconsistências.
- Controle de garantias.

- Controle de manutenção.

Informações Complementares

O inventário de bens devem contar as seguintes informações:

- Patrimônio do equipamento
- Identificação
- Situação (Ativo, Baixado, Inservível etc.)
- Classificação (Número para identificação do tipo do patrimônio ex. 52.33 "Eq. de Informática")
- Modelo do equipamento
- fabricante
- data da compra
- valor da compra
- data da garantia
- Processo de aquisição
- Fornecedor
- Centro de Custo
- Contrato
- Situação de garantia (Prazo automático)
- meses de depreciação
- local de instalação do equipamento, departamento, subdepartamento, pessoa responsável pelo equipamento.
- informações de compra (nota fiscal, empenho, doc e etc)
- Relatórios por tipo de bens (Ativos de TI ou patrimonial), local, unidade, histórico
- Dashboard
- Data do ultimo inventário consolidado

Funcionalidade Desejáveis

- Aplicativo Android/iOS
- Leitura por QR Code
- Leitura RFID
- Assinatura eletrônica
- Workflow de transferência
- Workflow de baixa
- Workflow de empréstimo
- Workflow de manutenção
- Dashboards
- Indicadores
- API para integração
- Notificações automáticas
- Inventário offline
- Georreferenciamento (opcional)
- Registro fotográfico
- Trilha de auditoria

Objetivo de Longo Prazo

- Definir a meta institucional que a unidade pretende alcançar ao longo dos anos.
- Consolidar uma plataforma única de gestão patrimonial, integrando as informações dos ativos de TI e dos demais bens móveis do Tribunal.
- Manter o inventário institucional permanentemente atualizado, reduzindo inconsistências e assegurando a confiabilidade das informações patrimoniais.
- Automatizar os processos de movimentação de bens, garantindo que todas as transferências, empréstimos, devoluções e baixas sejam registradas de forma tempestiva e rastreável.
- Fortalecer a governança patrimonial, proporcionando maior transparência, controle e conformidade com as normas e diretrizes dos órgãos de controle.
- Apoiar a tomada de decisões estratégicas, por meio de indicadores, painéis gerenciais e informações atualizadas sobre a distribuição e utilização dos ativos.
- Reduzir custos operacionais, minimizando retrabalho, perdas patrimoniais, aquisições desnecessárias e o tempo empregado na realização dos inventários.
- Promover a integração entre as áreas administrativas, especialmente entre a Subsecretaria da Central de Serviços (SUBCS) e a Subsecretaria de Patrimônio (SUBP), estabelecendo um fluxo contínuo de atualização de informações.
- Preparar o Tribunal para futuras inovações, possibilitando a adoção de tecnologias como leitura por QR Code ou RFID, aplicações móveis para inventário, assinatura eletrônica de termos de responsabilidade e integração com outros sistemas corporativos.
- Elevar a maturidade da gestão de ativos do TJRR, adotando boas práticas de governança, rastreabilidade e gestão do ciclo de vida dos bens patrimoniais.
- Tornar o inventário patrimonial um processo contínuo, eliminando a necessidade de grandes campanhas periódicas de atualização, por meio do registro das movimentações em tempo real.

Fatores Críticos de Sucesso

- Padronização dos processos de movimentação patrimonial, garantindo que toda transferência, empréstimo, devolução ou baixa de bens seja registrada de forma uniforme.
- Integração entre os sistemas utilizados, assegurando que as informações sejam atualizadas de forma consistente e evitando duplicidade de registros.
- Comprometimento dos gestores e responsáveis pelos bens, mantendo as informações patrimoniais sempre atualizadas.
- Capacitação dos usuários, para utilização correta da solução e adoção dos novos fluxos de trabalho.
- Patrocínio da alta administração, apoiando a implementação da solução e a consolidação da cultura de gestão patrimonial integrada.
- Qualidade e confiabilidade da base de dados, promovendo o saneamento das informações patrimoniais antes e durante a implantação.
- Governança e monitoramento contínuo, por meio de indicadores que permitam identificar inconsistências e oportunidades de melhoria.
- Definição clara dos papéis e responsabilidades
- Disponibilidade da solução em dispositivos móveis

Indicativos de sucesso

- Redução das divergências entre a localização física dos bens e os registros no sistema patrimonial.
- Percentual de bens com localização atualizada no inventário institucional.
- Redução do tempo necessário para realização dos inventários patrimoniais.
- Diminuição da quantidade de solicitações manuais entre a SUBCS e a SUBP para atualização da localização dos bens
- Percentual de movimentações registradas diretamente na solução, sem necessidade de ajustes posteriores.
- Redução do retrabalho relacionado à conferência e atualização de informações patrimoniais.
- Aumento da confiabilidade dos dados patrimoniais, evidenciado pela redução de inconsistências identificadas em auditorias e inventários.
- Disponibilidade de painéis gerenciais e indicadores em tempo real, apoiando a tomada de decisões.
- Satisfação dos usuários (SUBCS, SUBP e demais unidades) com o novo processo de gestão patrimonial.
- Maior conformidade com normas de controle patrimonial, reduzindo apontamentos em auditorias internas e externas.
- ≥80% dos bens com localização atualizada.
- 100% das movimentações registradas eletronicamente

Riscos

- Resistência à mudança por parte dos usuários
- Inconsistências na base de dados patrimonial
- Falta de atualização das movimentações de bens
- Dificuldade de integração entre sistemas
- Limitação de recursos técnicos ou orçamentários
- Falhas na rastreabilidade das movimentações
- Dependência de processos manuais
- Riscos relacionados à segurança da informação
- Ausência de integração com o GRP

Desafio 6

Como podemos, de forma automatizada e centralizada, mensurar e atribuir os custos de consumo de recursos (VMs, Clusters K8s, Deployments, Pods e Containers) para permitir uma gestão financeira transparente e eficiente da infraestrutura de TI do TJRR?

Cenário

O ambiente de TI do TJRR opera em um modelo híbrido, utilizando a plataforma de virtualização Nutanix para a camada de base e o SUSE Rancher para a orquestração de containers. Atualmente, a infraestrutura é gerenciada com foco em disponibilidade e performance, mas carece de uma camada de FinOps (Cloud Financial Management). Não há visibilidade clara de quanto cada projeto, secretaria ou sistema consome em termos de CPU, Memória e Armazenamento, dificultando o planejamento orçamentário e a identificação de desperdícios (recursos ociosos ou superdimensionados). A solução deve integrar os dados de telemetria do Nutanix Prism com as métricas de observabilidade do Rancher/Prometheus.

Principais Dores

- Dificuldade em realizar o "chargeback" ou "showback" de custos para as áreas de negócio.
- Falta de visibilidade sobre o custo real de um Pod ou Deployment específico dentro de um cluster Kubernetes.
- Dificuldade em identificar VMs "zumbis" ou superdimensionadas no Nutanix que consomem orçamento sem gerar valor.
- Desconexão entre o consumo de recursos de infraestrutura e o orçamento anual de TI.
- Complexidade em consolidar métricas de diferentes camadas (Virtualização vs. Orquestração).

Resultados Esperados

- Dashboard unificado de custos (Nutanix + Rancher) acessível à gestão.
- Capacidade de identificar quais aplicações ou departamentos (Varas/Secretarias) são os maiores consumidores de recursos.

- Otimização do uso de hardware através da identificação de recursos ociosos.
- Facilidade na tomada de decisão para expansão de clusters ou renovação de licenças.
- Aumento da maturidade em gestão de infraestrutura (FinOps).

Informações Complementares

- Relatórios de capacidade do Nutanix Prism Central.
- Métricas do Prometheus/Grafana integradas ao Rancher.
- Políticas de governança de TI do TJRR.
- Documentação técnica de APIs do Nutanix e do Kubernetes (Metrics Server).

6. Objetivo de Longo Prazo

Implementar uma cultura de FinOps no TJRR, onde o consumo de infraestrutura seja medido, monitorado e otimizado continuamente, garantindo que o investimento em tecnologia esteja alinhado com a entrega de valor ao jurisdicionado.

Fatores Críticos de Sucesso

- Integração via Rest API entre o Nutanix Prism e a ferramenta de monitoramento de custos (ex: Kubecost ou similar).
- Apoio da gestão para a implementação de políticas de tagging (etiquetagem) obrigatórias em todos os recursos (VMs e Namespaces).
- Colaboração entre a equipe de infraestrutura (Sysadmins) e as equipes de desenvolvimento.

Indicativos de Sucesso

- Percentual de recursos (VMs/Pods) com etiquetas de custo (Cost Centers) atribuídas.
- Redução do desperdício de recursos (ex: redução de 15% em VMs ociosas em 6 meses).
- Tempo médio para gerar um relatório de custo por projeto/secretaria.
- Precisão na estimativa de custos para novos projetos baseada no histórico de consumo.

Riscos

- Complexidade Técnica: Dificuldade em correlacionar o custo do hardware físico (Nutanix) com o custo lógico dos containers (Rancher).
- Resistência Cultural: Equipes de desenvolvimento não aderirem à política de tagging de recursos.
- Instabilidade: Sobrecarga nos sistemas de monitoramento ao coletar métricas granulares de milhares de Pods.
- Dados Incorretos: Falha na fórmula de cálculo de custo (ex: não considerar custos de licenciamento ou energia).
- Falta de Ferramental: Necessidade de aquisição ou desenvolvimento de uma camada de software (ex: Kubecost, OpenCost ou scripts customizados em Python/Go) para processar os dados.

Desafio 7

Como podemos propiciar a extração automatizada, integrada e centralizada de relatórios de dados funcionais e remuneratórios na Secretaria de Gestão de Pessoas, eliminando o uso de controles paralelos e otimizando o envio de informações obrigatórias ao Portal da Transparência do TJRR?

Cenário

A realidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do TJRR envolve o gerenciamento de um grande e complexo volume de informações funcionais, remuneratórias e administrativas de magistrados, servidores efetivos, comissionados, cedidos, afastados, colaboradores terceirizados e agentes públicos em regime de teletrabalho. Todos esses dados precisam ser mantidos constantemente atualizados para viabilizar a publicação periódica de diversos anexos obrigatórios exigidos pelos órgãos de controle no Portal da Transparência institucional.

Como falha estrutural nos processos de trabalho atuais, o sistema oficial de gestão de pessoas do Tribunal não possui estrutura de dados e funcionalidades suficientes para gerar esses relatórios de transparência de forma direta e confiável. Diante dessa limitação técnica, as unidades são obrigadas a realizar um retrabalho diário: registram as informações no sistema oficial e, simultaneamente, alimentam diversas planilhas manuais de controle paralelo. Posteriormente, essas planilhas precisam passar por um exaustivo processo manual de consolidação, cruzamento de dados, revisão e validação, o que consome tempo precioso das equipes, eleva o risco de inconsistências e atrasos, além de reduzir a capacidade de atuação estratégica da unidade.

Para que uma nova solução tecnológica seja viável e eficaz na rotina da SGP, alguns elementos são considerados indispensáveis: a centralização ou integração definitiva dos dados funcionais, a padronização rigorosa das informações, a geração automatizada de relatórios, mecanismos de validação prévia dos dados com rastreabilidade total das alterações, além da capacidade de exportar os arquivos em formatos diretamente compatíveis com as exigências do Portal da Transparência.

Principais Dores

- Ausência de uma funcionalidade nativa no sistema de gestão de pessoas do TJRR capaz de gerar automaticamente os relatórios exigidos para o Portal da Transparência.
- Necessidade imperiosa de manter registros duplicados em planilhas eletrônicas paralelas, além do cadastro tradicional no sistema oficial do Tribunal.
- Ocorrência diária de retrabalho burocrático e operacional para as unidades de pessoal envolvidas.
- Dependência de processos manuais e artesanais para consolidar e cruzar informações dispersas em diferentes planilhas.
- Risco elevado de divergência e falta de integridade entre os dados salvos no sistema oficial e as informações contidas nos controles paralelos.
- Gasto excessivo de tempo com rotinas de conferência minuciosa, revisão manual e validação de dados antes de cada publicação.
- Vulnerabilidade e dependência técnica de controles manuais isolados e do conhecimento individual retido por servidores específicos.
- Dificuldade crônica para estabelecer uma padronização ideal dos dados consolidados que compõem os relatórios públicos.
- Sobrecarga de trabalho das equipes em decorrência da periodicidade rigorosa das publicações e do peso da responsabilidade institucional envolvida.

- Redução drástica do tempo produtivo disponível para o desenvolvimento de atividades estratégicas voltadas à gestão de pessoas no Tribunal.

Resultados Esperados

- Automação integral do processo de geração de relatórios de transparência associados à gestão de pessoal e financeira.
- Eliminação definitiva do retrabalho operacional gerado por lançamentos e cadastros paralelos em sistemas e planilhas eletrônicas.
- Consolidação automática e imediata das informações corporativas necessárias à publicação externa.
- Garantia de elevado padrão de confiabilidade, uniformidade, padronização e integridade jurídica dos dados publicados no portal.
- Redução expressiva no tempo despendido pelas equipes técnicas com conferências manuais e preparação burocrática dos documentos.
- Mitigação severa do risco de erro humano decorrente da manipulação, digitação ou cruzamento manual de dados sensíveis.
- Disponibilização imediata de relatórios estruturados em formatos nativos e adequados tanto para publicação quanto para auditorias internas.
- Rastreabilidade total e histórica de todas as informações e mutações de dados utilizadas na composição de cada relatório.
- Aperfeiçoamento global da governança de dados funcionais, remuneratórios e administrativos no âmbito do Poder Judiciário estadual.
- Elevação da eficiência administrativa e pleno cumprimento das obrigações legais vinculadas à transparência ativa.

Informações Complementares

- Manuais e resoluções de órgãos de controle relativos à transparência na administração pública e no Poder Judiciário.

Objetivo de Longo Prazo

Modernizar a gestão de pessoas do TJRR por meio da automação completa de sua governança de dados, assegurando a excelência e a confiabilidade absoluta nas obrigações de transparência ativa e liberando a força de trabalho para atuar de forma puramente estratégica no apoio à tomada de decisões da Alta Administração.

Fatores Críticos de Sucesso

- Parceria técnica, ágil e contínua com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) para o desenvolvimento, parametrização ou integração das funcionalidades de banco de dados necessárias no sistema de gestão de pessoas.
- Engajamento absoluto dos servidores da SGP no processo de transição dos fluxos de trabalho, abandonando definitivamente os controles manuais paralelos assim que a automação for homologada.
- Alinhamento com as regras de negócio e layouts exigidos pelos órgãos fiscalizadores externos e pelo Portal da Transparência institucional.

Indicativos de Sucesso

- Redução a zero do número de planilhas de acompanhamento manual e paralelo mantidas pelas unidades de pessoal.
- Queda do tempo total gasto pelas equipes na conferência e compilação dos relatórios periódicos (de dias de esforço manual para segundos de processamento automatizado).
- Índice de conformidade e ausência de divergências entre a base primária do sistema de RH e os dados veiculados no Portal da Transparência.
- Percentual de relatórios obrigatórios emitidos diretamente com recursos de automação.
- Índice de tempestividade e pontualidade na entrega e atualização pública de todas as tabelas remuneratórias e de pessoal.
- Melhoria nos indicadores internos de qualidade de vida e redução da sobrecarga relatada pelos servidores da SGP em pesquisas de clima organizacional.

Riscos

- Falhas na arquitetura do novo módulo de relatórios que exponham indevidamente dados pessoais ou informações sigilosas de magistrados e servidores, violando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Incompatibilidade técnica crônica que impeça a integração suave do novo mecanismo de automação com as tabelas do sistema de folha de pagamento e gestão de RH já em uso no TJRR.
- Mudanças repentinas nos formatos e exigências de relatórios determinados por resoluções externas que tornem as regras de automação obsoletas se o sistema não possuir parametrização flexível.
- Persistência no uso informal de planilhas de controle paralelo por hábito dos servidores, sabotando a consolidação automática da base unificada de dados.
- Falta de suporte continuado ou de ações de capacitação que deixem a ferramenta inutilizada diante de falhas técnicas ou da rotatividade natural de pessoal nas equipes operacionais.

Desafio 8

Como podemos dimensionar e alocar, de forma eficiente, a força de trabalho nas unidades de apoio direto e indireto do TJRR, desenvolvendo uma metodologia institucional integrada a uma ferramenta tecnológica que facilite a distribuição equilibrada de pessoal, cargos e funções, mitigando assimetrias e a sobrecarga de trabalho?

Cenário

Atualmente, o Tribunal de Justiça de Roraima dispõe de diretrizes nacionais claras estabelecidas pela Resolução CNJ nº 219/2016 para o cálculo e a apuração da lotação paradigma nas unidades judiciárias de 1º e 2º graus. No entanto, há um vácuo metodológico no tocante às unidades de apoio direto à atividade judicante e às unidades de apoio indireto, que não contam com regras específicas ou fórmulas customizadas para definir o seu quantitativo ideal de pessoal. Para a área de apoio indireto, a norma nacional limita-se a fixar um teto global de ocupação de 30% do total de servidores, omitindo completamente quaisquer parâmetros matemáticos para a divisão interna dessa força de trabalho entre as secretarias, subsecretarias e setores

administrativos.

Essa lacuna regulatória gera falhas operacionais severas no cotidiano do Tribunal. Sem critérios objetivos e científicos, a avaliação da suficiência de pessoal e a análise de pedidos de reforço, movimentações internas ou reorganizações estruturais tornam-se reféns de levantamentos puramente manuais, planilhas eletrônicas paralelas e percepções gerenciais subjetivas avaliadas caso a caso. Como consequência macro, o ecossistema do tribunal sofre com desequilíbrios na distribuição da força laborativa, gerando equipes severamente sobrecarregadas sob demandas volumosas e estruturas insuficientes, o que degrada tanto a celeridade das atividades de suporte quanto a qualidade de vida e a saúde dos servidores.

Para que a solução corrija essas distorções e se sustente na rotina institucional da SUBGFT, ela precisa alinhar obrigatoriamente três pilares indissociáveis:

1. Metodologia de Dimensionamento: Criação de critérios institucionais dotados de indicadores padronizados de volume de demandas, complexidade de atribuições, capacidade operacional e criticidade de cada núcleo.
2. Ferramenta Tecnológica: Um software funcional que permita o cadastro estruturado das unidades, consolidação automatizada de dados, simulação preditiva de cenários organizacionais, emissão de alertas de desvio e relatórios técnicos.
3. Capacitação Continuada: Treinamento específico e permanente da equipe técnica da subsecretaria para operar o sistema, interpretar cenários, revisar pesos e aplicar o modelo de forma autônoma e ininterrupta.

Principais Dores

- Ausência de uma metodologia institucionalizada para realizar o dimensionamento científico da força de trabalho nas unidades de apoio direto e indireto à atividade judicante.
- Inexistência de uma ferramenta tecnológica que ampare e automatize a definição do quantitativo adequado de servidores por unidade administrativa.
- Dificuldade crônica para estabelecer critérios matemáticos e objetivos voltados à distribuição de servidores, cargos em comissão e funções de confiança.
- Omissão de regras de cálculo específicas por parte do CNJ para dimensionar os setores de apoio direto à prestação jurisdicional.
- Restrição da norma nacional a um limite global genérico (30%) para a área de apoio indireto, sem fornecer nenhuma metodologia de rateio interno.
- Dependência de análises artesanais, planilhas de controle e levantamentos de dados estatísticos pontuais para subsidiar decisões de lotação e movimentação de pessoal.
- Dificuldade técnica de identificar com segurança jurídica e precisão factual quais unidades operam com déficit, excesso ou distribuição desproporcional de força de trabalho.
- Falta de indicadores padronizados que sopesem o volume de demandas, o nível de complexidade das tarefas e a criticidade institucional de cada secretaria.
- Risco recorrente de tomada de decisões de alocação de pessoal baseadas em percepções subjetivas ou informações cadastrais incompletas.
- Necessidade imperiosa de capacitar os servidores da unidade para gerir de forma contínua novos modelos matemáticos e ferramentas de força de trabalho.

Resultados Esperados

- Formulação e consolidação da metodologia institucional própria de dimensionamento voltada às áreas de apoio direto e indireto do TJRR.
- Desenvolvimento e entrega de ferramenta de software funcional para a aplicação prática da metodologia construída.
- Estabelecimento de parâmetros justos e técnicos para estimar e fundamentar a necessidade real de servidores e funções gratificadas por setor.
- Implantação de um ecossistema de indicadores baseado no volume de trabalho, complexidade das atribuições, capacidade produtiva e impacto finalístico.
- Identificação cirúrgica de assimetrias na folha de pessoal (mapeamento exato de unidades sobrecarregadas versus unidades com excedente laborativo).
- Execução de simulações preditivas confiáveis para subsidiar movimentações internas, provimentos, remoções de cargos e reformas administrativas.
- Monitoramento preciso, ágil e automatizado do teto global de 30% determinado pela Resolução CNJ nº 219/2016.
- Emissão automatizada de relatórios técnicos robustos para dar suporte às deliberações de lotação por parte da alta gestão.
- Formação e capacitação contínua dos analistas da SUBGFT para operação e manutenção independente do modelo tecnológico.
- Fortalecimento da governança corporativa de pessoal, pautando movimentações e reestruturações estritamente em dados auditáveis e transparentes.

Informações Complementares

- Resolução CNJ nº 219/2016 (Dispõe sobre a distribuição de força de trabalho e de cargos no Poder Judiciário).
- Formulário oficial de Mapeamento de Desafios Judiciais — Subsecretaria de Gestão da Força de Trabalho - SUBGFT (Coleta realizada em 07/07/2026).
- Diretrizes do 5º Prêmio de Inovação do TJRR — Eixo de Eficiência e Sustentabilidade da Gestão Administrativa (Soluções administrativas inteligentes aplicadas às atividades meio).

Objetivo de Longo Prazo

Consolidar um modelo permanente de governança e dimensionamento contínuo da força de trabalho no TJRR, assegurando o equilíbrio distributivo de pessoal, eliminando assimetrias operacionais, otimizando as despesas públicas com funcionalismo e resguardando a saúde ocupacional e a qualidade de vida dos servidores.

Fatores Críticos de Sucesso

- Parceria técnica, ágil e contínua com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) para o desenvolvimento, parametrização ou integração das bases de dados necessárias no novo software.
- Engajamento e colaboração de todas as unidades administrativas e de apoio no fornecimento fidedigno de suas rotinas de trabalho durante a calibração dos indicadores.
- Validação institucional e homologação formal da metodologia customizada por parte da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e da Presidência do Tribunal.

Indicativos de Sucesso

- Redução no número de unidades identificadas com desproporção severa (déficit ou excesso) de força laborativa.
- Percentual de servidores da SUBGFT totalmente capacitados e independentes na operação e parametrização do software.
- Queda no tempo médio gasto para emitir relatórios de impacto técnico e simulações para reestruturações de pessoal.
- Controle exato e em tempo real do percentual global de apoio indireto abaixo do teto de 30% exigido pelo CNJ.
- Eliminação do uso de planilhas e levantamentos manuais ad-hoc para instruir processos de redistribuição de cargos.
- Redução nos índices de queixas e adoecimento por sobrecarga em setores meio, medida por pesquisas internas de clima e qualidade de vida.

Riscos

- Rejeição ou barreiras culturais por parte de gestores caso a ferramenta aponte a necessidade real de remoção de pessoal ou corte de funções em unidades historicamente superdimensionadas.
- A metodologia e os pesos dos indicadores tornarem-se obsoletos se não houver um ciclo ágil de revisão das rotinas e atribuições das secretarias à medida que novos sistemas forem implantados.
- Falhas no preenchimento do cadastro de unidades ou dados de capacidade operacional defasados que induzam a simulações errôneas ou relatórios técnicos distorcidos.
- O projeto priorizar o desenvolvimento de um código de TI sofisticado, mas falhar na robustez estatística e científica dos critérios metodológicos que sustentam os cálculos.
- Rotatividade excessiva de servidores dentro da SUBGFT que resulte na perda de pessoal treinado, deixando o sistema sem operadores qualificados para interpretar os cenários gerados.

Desafio 9

Como podemos gerir, de forma preventiva, integrada e sistematizada de informações de risco para deslocamentos e missões institucionais no GABMIL, unindo inteligência e análise territorial para mitigar a exposição de magistrados e servidores no Estado de Roraima?

Cenário

O Gabinete Militar do TJRR lida rotineiramente com um volume expressivo de solicitações sensíveis e urgentes envolvendo a proteção institucional, eventos, análise de riscos e apoio logístico operacional a magistrados e servidores. No contexto geográfico de Roraima, os deslocamentos externos frequentemente envolvem longas distâncias, estradas com severa variação de trafegabilidade, áreas remotas, comunidades isoladas, regiões de fronteira e localidades com baixíssima ou nenhuma cobertura de comunicação. Essas particularidades expõem as equipes em campo a vulnerabilidades socioambientais, conflitos locais e criminalidade.

Como falha estrutural nos processos de trabalho atuais, a unidade carece de um fluxo integrado de inteligência. As informações essenciais para a tomada de decisão chegam de maneira fragmentada, descentralizada (via processos, e-mails, ligações e mensagens informais) e reativa, muito próximas ao momento da execução da atividade. Sem uma matriz atualizada de risco territorial e logístico, o planejamento antecipado é mitigado, forçando a equipe a despender tempo considerável em levantamentos manuais e verificações urgentes. A atuação de segurança acaba dependendo excessivamente da experiência individual dos agentes e menos de um processo institucional padronizado e replicável, gerando sobrecarga na equipe e elevando a exposição institucional a riscos evitáveis.

Para que a nova solução funcione e seja efetiva na rotina do GABMIL, ela deve obrigatoriamente unificar a inteligência de segurança a três elementos indispensáveis:

1. Registro unificado de demandas com critérios claros de prioridade, risco e prazos de atendimento.
2. Mapeamento territorial contendo dados consolidados de rotas, condições de estradas, pontos de apoio, áreas vulneráveis e histórico de ocorrências.
3. Protocolos rígidos de comunicação segura e proteção absoluta de dados e informações sensíveis, desenvolvidos em parceria direta com a área de tecnologia e com a Comissão Permanente de Segurança Institucional.

Principais Dores

- Recebimento frequente de demandas urgentes e de última hora sem um critério claro de prioridade ou triagem de risco.
- Falta de padronização no registro de solicitações e dispersão de informações essenciais em diferentes canais, como e-mails, ligações, processos e mensagens.
- Ausência de um histórico organizado, centralizado e acessível das ocorrências, missões e deslocamentos pretéritos realizados.
- Retrabalho crônico da equipe na busca e levantamento manual de dados logísticos e territoriais que já haviam sido pesquisados anteriormente.
- Inexistência de uma matriz de risco institucionalizada para avaliar e balizar missões externas de forma automatizada.
- Escassez de dados consolidados sobre as condições reais das estradas, rotas alternativas e pontos de apoio logístico em comarcas do interior e áreas isoladas.
- Elevado risco operacional em missões realizadas em áreas remotas, rurais, fronteiriças ou com baixa cobertura de comunicação celular e internet.
- Dependência excessiva da experiência empírica e individual dos agentes de segurança na condução e planejamento das atividades de proteção.
- Falta de indicadores estatísticos padronizados para medir o volume de solicitações, atrasos, produtividade e o nível de risco das operações.
- Sobrecarga de trabalho da equipe de segurança diante do acúmulo de demandas simultâneas e do planejamento de viagens feito com pouca antecedência.

Resultados Esperados

- Redução expressiva no tempo de análise, triagem e resposta das demandas de segurança institucional encaminhadas à unidade.
- Organização automática e visual das solicitações por meio de critérios claros de prioridade, urgência e criticidade.
- Padronização completa do fluxo de registro, análise técnica, autorização e acompanhamento logístico de todas as missões.

- Mitigação do retrabalho por meio do reaproveitamento de dados geográficos e de segurança previamente catalogados no sistema.
- Criação de uma memória institucional imutável e organizada sobre ocorrências, riscos territoriais e decisões estratégicas adotadas.
- Elevação do nível de proteção de magistrados, servidores e colaboradores em atividades externas, sobretudo em áreas de vulnerabilidade socioambiental.
- Geração de indicadores gerenciais robustos sobre o desempenho da unidade e o mapa de riscos do Estado para subsidiar a tomada de decisão.
- Apoio técnico qualificado e célere às deliberações e planejamentos da Comissão Permanente de Segurança Institucional.
- Fortalecimento da comunicação interna e da integração operacional entre o GABMIL, as unidades judiciais do interior e os órgãos de segurança pública parceiros.
- Continuidade segura, regular e autônoma da prestação jurisdicional e das diligências externas fora da sede do Tribunal.

Informações Complementares

- Relatório e dados extraídos do formulário oficial de Mapeamento de Desafios Judiciais — Unidade GABMIL (Coleta realizada em 07/07/2026).
- Atribuições de proteção institucional e diretrizes operacionais vinculadas à Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJRR.
- Regulamentos de segurança orgânica do Poder Judiciário nacional emanados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Objetivo de Longo Prazo

Consolidar no TJRR uma cultura de segurança institucional baseada em inteligência preditiva, planejamento estratégico e inovação tecnológica, garantindo a proteção integral de seus agentes e assegurando que o Poder Judiciário possa exercer suas funções com total independência, regularidade e confiança social em todo o território de Roraima.

Fatores Críticos de Sucesso

- Integração técnica e suporte ágil da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) para o desenvolvimento de ferramentas de georreferenciamento e canais de comunicação criptografados.
- Cooperação direta e alinhamento permanente entre o Gabinete Militar e a Comissão Permanente de Segurança Institucional na validação dos protocolos de risco.
- Consscientização e engajamento de magistrados e secretarias no envio antecipado de suas agendas de viagens e solicitações de apoio, respeitando os prazos mínimos de planejamento.

Indicativos de Sucesso

- Queda no tempo médio despendido para a emissão de relatórios de risco e ordens de serviço para missões externas.
- Percentual de deslocamentos institucionais planejados e monitorados com o amparo direto da matriz de risco automatizada.
- Volume de rotas, condições de trafegabilidade e pontos de apoio mapeados e atualizados dinamicamente na plataforma.
- Redução a zero do uso de canais informais ou fragmentados para o recebimento e tramitação de ordens de segurança.
- Redução nos índices de sobrecarga e estresse relatados pela equipe do Gabinete Militar em avaliações internas de desempenho.
- Ausência de incidentes ou falhas de segurança em deslocamentos externos amparados pela nova metodologia.

Riscos

- Vulnerabilidades cibernéticas na solução que exponham rotas, horários, locais de hospedagem e níveis de risco de magistrados e servidores, gerando graves ameaças à integridade física dos envolvidos.
- Inoperabilidade das funções de acompanhamento em tempo real ou de envio de alertas de emergência devido à ausência crônica de sinal de internet ou rádio em trechos isolados e fronteiriços do Estado.
- Persistência de setores no envio de demandas urgentes e sem planejamento por canais informais de comunicação, esvaziando a capacidade preventiva da ferramenta.
- Perda de precisão e eficácia da matriz de risco caso as informações sobre criminalidade local, conflitos agrários ou degradação climática das estradas não sejam atualizadas em tempo hábil no sistema.
- A solução ser estruturada com regras de negócios excessivamente rígidas que não consigam processar exceções operacionais ou imprevistos logísticos comuns na região amazônica.

Desafio 10

Como podemos automatizar o acompanhamento do portfólio de projetos, ações, programas e desafios do NPI/TJRR, de modo que o registro de progresso de cada etapa seja feito uma única vez e alimente automaticamente o painel de Business Intelligence, reduzindo o esforço de atualização manual e assegurando que os dados apresentados à gestão reflitam o estado real e atualizado de cada iniciativa?

Cenário

O NPI/TJRR acompanha, de forma simultânea, um portfólio amplo de projetos, ações, programas e desafios de inovação, distribuídos entre diferentes gerentes de projeto e laboratoristas, e vinculados a demandantes internos e externos. Cada iniciativa percorre um fluxo de trabalho estruturado, que vai da concepção ao encerramento formal, apoiado por artefatos próprios ao longo de suas etapas.

Dinâmica do Laboratório de Inovação (Inovajurr):

Uma parte dessas iniciativas nasce no Laboratório de Inovação (Inovajurr). Problemas e oportunidades de melhoria captados junto a magistrados, servidores e colaboradores são estruturados como desafios. No caso de um desafio que chega ao laboratório, formaliza-se inicialmente um documento para a preparação da abordagem a ser realizada. Após a execução das dinâmicas de ideação e prototipagem, os relatórios correspondentes são enviados ao NPI (com a iniciativa já estruturada como desafio), onde o fluxo é trabalhado para que ela amadureça e seja formalmente convertida em projeto. Do primeiro

registro do problema até a efetiva conversão, cada avanço precisa ser acompanhado de forma contínua. Há aqui a presença de um artefato que deve ser contemplado na solução: o relatório de abordagem.

O fluxo convencional do NPI organiza a jornada em etapas sucessivas, com artefatos que marcam a transição de maturidade:

Canvas: Desenho inicial da iniciativa em sua concepção.

TAP: Termo de Abertura do Projeto, que formaliza o início.

PGP: Plano de Gerenciamento do Projeto, com o detalhamento do planejamento.

Plano de Ação: Instrumento simplificado para iniciativas de menor porte.

TEP: Termo de Encerramento do Projeto, que conclui a iniciativa.

Atualmente, o acompanhamento é realizado de forma manual e em fontes paralelas. O registro ocorre na planilha de acompanhamento da coordenação (com cerca de cem linhas, mantida em paralelo por ser mais legível), no sistema SEI (por meio de certidões e movimentações processuais) e na planilha de projetos (que funciona como a base de dados oficial para o painel de BI institucional). Na prática, a cada avanço, o gerente ou laboratorista precisa replicar a mesma informação nesses três instrumentos para mantê-los alinhados.

Para solucionar esse cenário, a alternativa buscada deve ser desenvolvida de forma interna, não sendo viável o uso de ferramentas comerciais de mercado (como Jira, Monday ou Asana). Softwares proprietários fechados, além de imporem um custo financeiro proibitivo de licenciamento anual, são incompatíveis com a dinâmica da corte, que exige a colaboração e a atualização direta de dados por parte dos próprios demandantes das iniciativas. A utilização de soluções tradicionais de prateleira demandaria a aquisição de chaves de acesso individuais para a totalidade dos gerentes de projetos, laboratoristas e dezenas de demandantes internos e externos espalhados pela instituição, o que tornaria o projeto excessivamente oneroso e apartado das realidades institucionais e processuais do TJRR.

Reaproveitamento Automatizado de Campos

Como os artefatos de governança conversam intrinsecamente entre si, a nova solução técnica deve prever a funcionalidade de preenchimento prévio automático. Os campos informados na concepção estrutural devem migrar nativamente para as etapas seguintes, a saber:

A justificativa, os objetivos e o escopo preliminar levantados no Canvas devem preencher automaticamente os campos correspondentes no TAP.

Os limites do escopo, marcos macro e partes interessadas mapeadas no TAP devem migrar de forma preditiva para estruturar a linha de base do escopo, cronograma inicial e matriz RACI dentro do PGP.

Em iniciativas enxutas, os objetivos macros devem alimentar de imediato o Plano de Ação.

Ao fim da execução, as metas e entregas validadas no PGP devem ser transpostas automaticamente para o TEP, cabendo ao gestor apenas a avaliação de atingimento, reduzindo erros de digitação e poupando tempo da equipe.

Centralização das tarefas

A ferramenta desenvolvida não deve se limitar a ser um simples formulário de alimentação do BI, mas precisa se constituir como um ambiente centralizado de trabalho e funcionalidades para a gestão de projetos. Inspirando-se genericamente nos pilares dos principais modelos e frameworks de projetos do mercado, a plataforma de desenvolvimento próprio deve centralizar operacionalmente:

Módulo de Backlog e Distribuição de Atividades (Alinhamento Ágil/Scrum): Permitir que grandes entregas extraídas da EAP sejam desdobradas em listas dinâmicas de tarefas diárias, com definição de prioridades, datas-limite e atribuição explícita de executores técnicos.

Gestão de Fluxo Visual Operacional (Alinhamento Kanban): Visualização do andamento das tarefas micros por meio de painéis visuais interativos que exibem claramente o ciclo "A Fazer", "Em Execução" e "Concluído", acessíveis tanto para os gerentes quanto para os laboratoristas.

Gerenciamento Integrado de Restrições (Alinhamento PMBOK): Centralização das áreas de conhecimento essenciais dentro de uma mesma ficha do projeto, permitindo o registro e controle de riscos (probabilidade x impacto), cronograma linear de prazos e o controle de problemas de forma unificada.

Portal Colaborativo de Atualização Compartilhada: Interface intuitiva desenhada especificamente para que os demandantes registrem feedback de validação e atualizem diretamente o status de suas necessidades sem barreiras técnicas, eliminando a intermediação burocrática dos gerentes para registros básicos de progresso.

Principais Dores

Registro manual e repetido da mesma informação de progresso em três instrumentos diferentes, gerando retrabalho contínuo para gerentes de projeto e laboratoristas.

Alto esforço de atualização, que consome tempo que poderia ser dedicado à condução das iniciativas.

Defasagem entre o dado exibido no painel de BI e o estado real da iniciativa, já que a atualização depende do lançamento manual de cada avanço em todas as fontes.

Manutenção de fontes paralelas de dados, com risco de divergência entre as planilhas e o painel institucional.

Acompanhamento fragmentado das iniciativas que nascem no Laboratório de Inovação, cujo percurso depende de registro manual disperso entre etapas e responsáveis.

Resultados Esperados

Painel de BI alimentado de forma automatizada, refletindo o progresso das iniciativas em tempo real.

Redução expressiva do tempo gasto com a atualização manual do acompanhamento.

Registro de progresso a partir de um único ponto, eliminando a necessidade de replicar a mesma informação em fontes paralelas.

Maior consistência entre as fontes de acompanhamento, reduzindo divergências e erros nos dados apresentados à gestão.

Acompanhamento contínuo das iniciativas do Laboratório de Inovação, desde a preparação da abordagem e envio dos relatórios até a efetiva conversão em projeto.

Integração com o SEI para o registro de andamento das etapas, de modo que a movimentação processual acompanhe o progresso técnico.

Adoção de uma plataforma de software única e interna que unifica funcionalidades de controle de tarefas e governança sem custos com licenças comerciais por usuário.

Informações Complementares

Fluxo de trabalho do NPI/TJRR, que organiza cada iniciativa em etapas sucessivas, da concepção ao encerramento, com os artefatos correspondentes (Canvas, TAP, PGP, Plano de Ação, TEP) e o painel de BI institucional.

ANEXO A — ARQUITETURA DE CAMPOS DOS ARTEFATOS E PLANILHAS

I. Modelo CANVAS (Alinhamento Conceitual)

Bloco Metodológico	Campos Estruturados
Identificação	Nome do Projeto, Sigla do projeto ou Definir, Nome com descrição clara do projeto Definir, Data.
Por Quê?	Justificativa (Quais problemas, necessidades, oportunidades ou demandas o projeto busca resolver).
O Que?	Objetivo Geral (O que se pretende alcançar com o projeto?), Objetivos Específicos (Em poucos itens, como podemos destrinchar o objetivo geral?).
Como?	Solução, Entregas (Quais as principais entregas do projeto?), Metodologia (De forma resumida, como o projeto será realizado?), Principais Riscos (Quais desafios podem dificultar a execução do projeto? Quais eventos podem impactar negativamente sua implementação?).
Quem?	Partes Interessadas (Quem são as pessoas ou organizações envolvidas ou afetadas?), Equipe (Quem faz, Quem valida, Quem aprova, Quem sustenta, Quem apoia).
Quando e Quanto?	Linha do Tempo Prevista (Quais principais etapas e prazos?), Marcos do Projeto (Quem, Que, Prazo), Critério de Sucesso do Projeto, Investimento Estimado (Custos Diretos, Custos Indiretos, Fonte de Recursos), Retorno Esperado (ROI Estimado, Economia mensal horas, Payback meses).

II. Termo de Abertura do Projeto (TAP)

Seção do TAP	Campos Estruturados
Controle	Controle de Versão (Versão, Autor, Data, Notas de Revisão).
Identificação	Nome do Projeto, Sigla do Projeto, Identificação do DFD, Data de Elaboração do TAP, Abordagem utilizada na construção do TAP, Nome do Coordenador(a) do NPI, Nome e contato do Gerente do Projeto, Nome e contato do Demandante do Projeto.
Visão Geral	Objeto, Justificativa, Objetivo Geral, Objetivos Específicos, Oportunidades Identificadas, Ameaças Identificadas, Beneficiários Impactados, Partes Interessadas (Interessados, Interesses), Critérios de Sucesso, Alinhamento Estratégico (Documento / Estratégia, Objetivos / Descrição).
Escopo Preliminar	Descrição Preliminar do Escopo (Escopo do Projeto, Não Escopo, Premissas / Hipóteses identificadas, Limitações / Restrições identificadas, Impacto no projeto), Riscos Previamente Identificados (Riscos Prévios, Impacto no projeto).
Organização e Prazos	Papéis e atribuições (Parte Interessada, Responsável, Papel, Contato, Atribuições), Estrutura Analítica do Projeto, Entregas Esperadas, Controle do Escopo, Estimativas de Investimentos e Prazos (Eventuais Etapas do Projeto, Responsável, Período Previsto, Investimento Estimado).

III. Plano de Gerenciamento de Projeto (PGP)

Seção do PGP	Campos Estruturados
Identificação & Escopo	Controle de Versão, Nome do Projeto, Sigla, Identificação do TAP, Nome do Coordenador(a), Gerente, Demandante. Linha de base do Escopo (Declaração do escopo, Estrutura analítica do projeto - EAP, Dicionário da EAP [ID, Descrição, Responsável, Critérios de aceitação, Recursos, Duração, Custo, Marcos, Dependências]).
Responsabilidade & RACI	Integrantes do projeto (Parte Interessada, Responsável, Papel, Contato). Matriz RACI (Etapas, Tarefas e Atividades vs Patrocinador, Demandante, Gerente, Executor, Apoio Direto) parametrizada em Responsável (R), Aprovador (A), Consultado (C), Informado (I).
Cronograma & Custos	Cronograma de Execução e Orçamento (Etapas, Tarefas e Atividades, Dependência, Data Início, Data Fim, Duração, Responsável, Recursos). Prazos e valores totais.
Controle & Riscos	Controle do Projeto (Aspecto, Métrica, Meta, Frequência, Responsável, Ações Corretivas). Monitoramento (Elemento Indicador, Meta, Atual, Tendência, Ações). Registros de Problemas (ID, Data, Problema, Impacto, Solução Proposta, Responsável, Prazo, Status). Gestão de Riscos (Risco, Se/Causa, Então/Consequência, Categoria, Probabilidade, Impacto, Severidade [Matriz Pxl]). Estratégia de Gerenciamento Individual (Risco em Análise, Tipo de Resposta, Ação Preventiva, Responsáveis, Data, Ação de Resposta, Recursos).
Comunicação & Mudanças	Plano de Comunicação (Canal, Conteúdo, Frequência, Responsável, Necessidades/Expectativas). Gestão de Mudança de Escopo (Fluxo de aprovação técnica). Registro de Mudanças no Escopo (Mudança realizada, Requisito, Responsável, Data).

IV. Termo de Encerramento (TEP) e Plano de Ação

Artefato	Campos Estruturados
----------	---------------------

TEP (Encerramento)	Controle de Versão, Identificação (Projeto, Unidade Demandante, Responsável, Gerente, Patrocinador), Motivo do encerramento (Projeto Concluído / Cancelado com descrição), Produtos entregues, Objetivos do projeto, Objetivos Alcançados, Pendências (Pendências, Ação, Responsável), Avaliação do Projeto e Considerações Finais (Do Gestor, Do Gerente).
Plano de Ação	Controle de Versão, Objetivos (O quê/Descrição, Quando/Prazo, Por que/Objetivo, Quem/Gestor, Onde/Área), Etapas previstas (Nº, Etapa, Situação, Criticidade, Impacto, Prazo, Valor Estimado), Tarefas desdobradas (Metas e Indicadores, Início, Término, Responsável, Tarefas, Valor Estimado).

V. Estrutura de Abas e Colunas da Planilha de Projetos (Base Oficial do BI)

Aba / Guia	Campos Estruturados na Base de Dados
Planilha de Projetos - Guia Dados (Macros)	ROW, Carimbo_Data_Hora, Nome_Projeto, Tipo_Projeto, Objeto_Projeto, Resumo_Escopo_Projeto [1], ID_Projeto, Gestao, Contagem_Dias, Ativo, link_escopo, Entregas, Iniciativa, Perspectiva, ODS, OEN, OEI, DE, GP, SEI, Link SEI, Pilares Estratégicos, Demandante, Nivel_Execucao, Status dos Projetos, Desvio de Prazo [2], Percentual, Estimado, Realizado, Progresso_financeiro, Data_Inicio, Data_Fim, Data_Conclusao, Prioridade
Planilha de Projetos - Guia Fases dos Projetos (Etapas)	Carimbo_Data_Hora, ROW, ID, ID_Projeto, Dependencia, Processo_SEI, Protocolo_SEI, Nome_Etapa, Responsavel, Data_Inicio, Data_Fim, Progresso_Execucao, Status_Etapa, Data_Conclusao, Documento_Relacionado, SEI_Relacionado, Observacao, Macroetapa, Grupo, Etiqueta, Dias_Dias_Execuca, Progresso_Autom, Totais, Dias_Desvios
Planilha de Acompanhamento da Coordenação (Paralela)	Nome do Programa, Projeto ou Ação, Responsável, Abertura Movimento, Inclusão no Pannel, ETO, Status, Data da Última Atualização, Situação Atual, Gerente Responsável.

ANEXO B — DICIONÁRIO DE TERMOS DA METODOLOGIA NPI

NPI: Núcleo de Projetos e Inovação do Tribunal de Justiça de Roraima, unidade responsável pela governança de iniciativas estratégicas.

Inovajurr: Laboratório de Inovação do TJRR, focado na captação de problemas e oportunidades junto a servidores e magistrados, atuando com experimentação e design de soluções.

Artefato de Passagem: Documentos formais (Canvas, TAP, PGP, TEP) que registram a evolução e marcam a transição de uma etapa para a outra no ciclo de vida de uma iniciativa.

Baseline de Escopo: Composta pela Declaração do Escopo, Estrutura Analítica do Projeto (EAP) e seu respectivo Dicionário. Estabelece as fronteiras rígidas do que está incluído e excluído da iniciativa.

Matriz RACI: Ferramenta de atribuição de responsabilidades corporativas. Identifica quem executa o trabalho (Responsável - R), quem responde pelo resultado final (Aprovador - A), quem deve ser consultado antes da decisão (Consultado - C) e quem deve ser informado após a ação (Informado - I).

SEI (Sistema Eletrônico de Informações): Sistema oficial de tramitação de processos administrativos eletrônicos do TJRR, onde os andamentos das iniciativas precisam ser formalmente registrados.

Painel de BI: Interface gráfica institucional (Business Intelligence) utilizada pela alta gestão como painel oficial de acompanhamento do portfólio.

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (conjunto de metas globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas - ONU).

OEN: Objetivo Estratégico Nacional (metas macro do Poder Judiciário estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

OEI: Objetivo Estratégico Institucional (metas, indicadores e desdobramentos do plano estratégico plurianual do próprio TJRR).

DE: Diretriz Estratégica (linhas orientadoras que direcionam a execução das ações institucionais e o alinhamento de portfólio).

GP: Gerente de Projeto (profissional técnico responsável direto pela condução, monitoramento e entrega da iniciativa).

TAP: Termo de Abertura de Projeto (artefato de passagem que formaliza e autoriza o início da execução de uma iniciativa).

PGP: Plano de Gerenciamento de Projeto (artefato detalhado que reúne as linhas de base de escopo, cronograma, riscos e comunicação).

TEP: Termo de Encerramento do Projeto (artefato formal que valida a entrega dos produtos, registra lições aprendidas e encerra a iniciativa).

DFD: Documento de Formalização da Demanda (artefato inicial administrativo que oficializa a necessidade de uma contratação ou solução).

ROI: Retorno sobre o Investimento (métrica que avalia o ganho econômico ou a economia de horas estimada em relação aos recursos investidos).

ID: Identificador Único (código numérico exclusivo atribuído de forma automática para individualizar cada projeto ou etapa na base de dados).

ROW: Linha (termo técnico que indica o número físico da linha correspondente àquele registro específico dentro da planilha).

Objetivo de Longo Prazo

Consolidar um acompanhamento de portfólio confiável e de baixo esforço de manutenção no NPI/TJRR, no qual o registro do progresso das iniciativas seja feito uma única vez e alimente automaticamente as interfaces de gestão. Com isso, a equipe fica liberada para a condução das iniciativas e a instituição passa a contar com informação atualizada e íntegra para a tomada de decisão.

Fatores Críticos de Sucesso

Compatibilidade da solução com o painel de BI institucional, que deve permanecer como interface oficial e ser alimentado de forma automática.

Aderência às etapas e aos artefatos já adotados pelo NPI, sem impor à equipe um fluxo de registro mais pesado do que o atual.

Viabilidade técnica de integração com o SEI junto à STI (interface disponível, automação ou registro assistido).

Simplicidade de uso no registro de progresso, de modo que a adoção seja natural e efetivamente substitua o preenchimento manual paralelo.

Indicativos de Sucesso

Redução do tempo médio dedicado à atualização de acompanhamento.

Redução do número de instrumentos que precisam ser preenchidos manualmente para registrar uma mesma atualização.

Intervalo mínimo entre o avanço real de uma etapa e sua atualização correspondente no painel.

Grau de consistência entre o painel e o registro de origem, medido pela ausência de divergências.

Riscos

Erros nas atualizações dos projetos.

Limitações de integração com o SEI que inviabilizem o registro automatizado de andamento processual.

Dependência de manutenção da solução, com risco de descontinuidade caso o suporte não seja assegurado.

Divergência entre a solução e o painel de BI existente, caso a alimentação automática não seja plenamente compatível.



Documento assinado eletronicamente por **INAIARA MILAGRES CARNEIRO DE SÁ**, **Coordenador do Núcleo de Projetos e Inovação**, em 08/07/2026, às 11:22, conforme art. 1º, III, b, da Lei Federal 11.419, de 19 dezembro de 2006. Portaria TJRR/PR n. 1650, de 30 de junho de 2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2840680** e o código CRC **681CE6D3**.